



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
22 de julho de 2020

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(conforme item 10 do Formulário de Referência – Instrução CVM 480)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(conforme item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

**INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PARA
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

(conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

**INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PARA OS CARGOS
DO CONSELHO FISCAL**

(conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

Índice

Proposta da Administração.....	3
Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia.....	5
Proposta de Destinação do Lucro Líquido.....	38
Informações sobre os Indicados pela Administração da Companhia para Composição do Conselho de Administração e Fiscal.....	39
Informações Adicionais sobre a Remuneração dos Administradores.....	43
Anexos.....	65

Proposta da Administração

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da T4F Entretenimento S.A. (“T4F” ou “Companhia”) vem apresentar aos acionistas a proposta descrita abaixo (“Proposta”), que será objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 22 de julho de 2020 (“AGOE”) às 11:00 horas.

Serão deliberados na AGOE, conforme disposto na Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), os temas a seguir:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes; e**

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no site de Relações com Investidores (www.t4f.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras; (iii) o Parecer dos Auditores Independentes; e (iv) o formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Com relação a este tema, o Conselho de Administração sugere a aprovação das contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

- (ii) Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia.**

O valor da remuneração total prevista para o exercício corrente de 2020 no item 13.2 do Formulário de Referência é de R\$9.103.680,46 (nove milhões, cento e três mil, seiscentos e oitenta reais e quarenta e seis centavos). O valor da remuneração da proposta da Administração inclui a remuneração fixa anual (R\$6.053.680,45), variável (R\$2.400.000,00), e baseada em ações (R\$650.000,00).

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia foi fixado em R\$ 11.232.210,92 (onze milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e dez reais e noventa e dois centavos). A administração da Companhia informa que o valor realizado foi de R\$10.116.654,41 (dez milhões, cento e dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos). O motivo da diferença apresentada está relacionado ao menor pagamento da remuneração variável da diretoria estatutária pelo não atingimento de 100% das metas estabelecidas pela Companhia.

A proposta da Administração da Companhia está na página 43 deste documento.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no Estatuto Social; e**

Nosso Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração será composto por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 9 (nove) membros, sendo que 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes. Quanto a este tema, tendo em vista a renúncia apresentada por 3 (três)

membros, a saber Luciano Nogueira Neto, Maurizio de Franciscis e Guilherme Affonso Ferreira, a Administração propõe reduzir a composição do Conselho para o mandato em curso, para que este passe a ser composto por 5 (cinco) membros, conforme a composição mínima prevista no Estatuto Social da Companhia. Ainda, a Administração propõe a eleição de 1 (um) membro para ocupar o cargo vago, com mandato unificado com os demais conselheiros, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2020.

A proposta da Administração da Companhia para indicação do membro do Conselho de Administração para ocupar o cargo vago está na página 39 deste documento.

(ii) apreciação, exame e discussão do Programa de Incentivo de Longo Prazo.

A Administração da Companhia propõe a aprovação do Programa de Incentivo de Longo Prazo, a fim de refletir a estratégia da Companhia de atrair, motivar e reter os respectivos beneficiários, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus Acionistas.

A Cópia do Programa de Incentivo de Longo Prazo está transcrita na página 65 desta proposta, e as informações acerca do Programa de Incentivo de Longo Prazo, nos termos do Anexo 13 da ICVM 481, estão descritas a partir da página 56 desta proposta.

(iii) eleição do Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia propõe a eleição do Presidente do Conselho com o intuito de preencher o cargo vago – considerando a renúncia do antigo Presidente -, com mandato unificado com os demais conselheiros, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 22 de junho de 2020.

Fernando Luiz Alterio
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ICVM 480)

10.1. Comentários sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 apresentou prejuízo de R\$71,8 milhões, sendo que o resultado do exercício de 2018 foi um de lucro líquido de R\$10,6 milhões, e lucro líquido de R\$45,3 milhões em 2017. Em 2019, tivemos uma performance operacional aquém do esperado, agravada por uma série de efeitos não-recorrentes oriundos primordialmente da decisão de segunda instância de ação judicial na Argentina e do distrato com a Bizarro no Chile, sem mencionar ainda os impactos das novas regras contábeis sobre hiperinflação na Argentina e do registro de provisão para contingências no Chile. Excluídos os efeitos não-recorrentes, o prejuízo seria de R\$26,2 milhões em 2019.

<i>R\$ milhões</i>	2017	2018	2019
Endividamento Total	25,7	120,9	156,1
Caixa e Equivalentes de Caixa	198,0	202,0	209,7
Caixa Líquido	172,3	81,1	53,6
Patrimônio Líquido	326,8	334,5	276,6
Endividamento Total / Patrimônio Líquido	0,1x	0,4x	0,6x

Conforme tabela acima, continuamos apresentando sólida posição financeira na medida em que temos um baixo nível de endividamento e relevante posição de caixa líquido. Nosso endividamento total aumentou para 0,4x o patrimônio líquido em 2018 devido à terceira emissão de debêntures no valor de R\$120,0 milhões em 2018. Em 2019, aumentou para 0,6x o patrimônio líquido devido, além das debentures com vencimento em 2022, ao pagamento da contingência na Argentina de R\$30 milhões, a adoção do CPC 06 que determinou o registro de passivo de arrendamento como dívida no valor de R\$34,9 milhões. Isto posto, encerramos 2019 com caixa líquido de R\$53,6 milhões.

Cabe ressaltar que a nova norma CPC 06/IFRS16 remove a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros e requer o reconhecimento de um ativo (bens de direito de uso) e um passivo financeiro relacionado como pagamento de aluguéis para praticamente todos os contratos de arrendamento. Por esse motivo, a partir de 1º de janeiro de 2019, os empréstimos e financiamentos passaram a refletir os nossos contratos de arrendamento com prazo maior de 12 meses.

b. Estrutura de capital:

Apresentamos na tabela abaixo, a evolução de nossa estrutura de capital:

<i>R\$ milhões</i>	2017	2018	2019
Capital de Terceiros*	370,7	347,4	346,7
Patrimônio Líquido	326,8	334,5	276,6
Capital de Terceiros / Patrimônio Líquido	1,1x	1,0x	1,3x

**Capital de Terceiros: Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. O capital de terceiros é basicamente composto de (i) dívidas financeiras (debêntures); (ii) adiantamento de clientes (recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, merchandising e vendas antecipadas de ingressos); e (iii) e de fornecedores e impostos a recolher.*

Historicamente mantivemos a estrutura de capital com a representatividade do capital de terceiros próxima a 50% do passivo total, como pode ser verificado de 2017 a 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido somou R\$276,6 milhões, enquanto o capital de terceiros somou R\$346,7 milhões, o que representa 1,3x o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido somou R\$334,5 milhões, enquanto o capital de terceiros somou R\$347,4 milhões, o que representa 1,0x o patrimônio líquido. Já em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido somou R\$326,8 milhões, enquanto o capital de terceiros somou R\$370,7 milhões, o que representa 1,1x o patrimônio líquido. Tal indicador acabou crescendo em 2019 pelo fato da Companhia ter registrado um prejuízo relevante neste exercício.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O endividamento total da Companhia passou de R\$25,7 milhões em 2017 para R\$120,9 milhões em 2018, e encerrou 2019 com R\$156,1 milhões. O aumento no endividamento entre 2018 e 2019 é resultado da 3ª emissão de debêntures em 2018 no valor de R\$120,0 milhões com vencimento em 2022 e do registro do passivo de arrendamento mercantil de R\$34,9 milhões como dívida, conforme informado anteriormente. Simultaneamente, nestes três anos, o caixa da Companhia permaneceu acima do endividamento total em 7,7x, 1,7x e 1,3x, respectivamente.

R\$ milhões	2017	2018	2019
Endividamento Total	25,7	120,9	156,1
Caixa e Equivalentes de Caixa	198,0	202,0	209,7
Caixa e Equivalentes de Caixa / Endividamento	7,7x	1,7x	1,3x
Ativo Circulante	472,5	464,5	355,5
Passivo Circulante	329,2	207,9	222,5
Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,4x	2,2x	1,6x

Além disso, a Companhia apresentou em 2017 ativo circulante superior ao passivo circulante em 1,4x, e de 2,2x e 1,6x em 2018 e 2019, respectivamente.

d. Fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Nossa atividade historicamente apresenta capital de giro negativo e, com isso, nossa fonte para o capital de giro tem sido essencialmente através da geração própria de caixa. Nossas operações têm como característica a antecipação de caixa com vendas de ingressos e recebimentos decorrentes de contratos de patrocínios, normalmente efetuados com antecedência em relação à data do evento. Isto permite um autofinanciamento das nossas operações regulares, de forma que usualmente não se faz necessário recorrer a financiamentos de terceiros.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, verificamos as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio. Não obstante, para financiamento de investimentos, também recorreremos à geração própria de caixa.

Entretanto, visando uma estrutura de capital adequada, em 05 de novembro de 2018, conforme ata da reunião do Conselho de Administração, a Companhia optou pela 3ª Emissão de Debêntures, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, cujas características estão descritas abaixo:

i) Valor Total da Emissão: foram emitidas 120.000.000 (cento e vinte milhões) de debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), perfazendo o valor total de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) na data de emissão das debêntures, a saber, 23 de novembro de 2018 (“Data de Emissão”);

ii) Prazo de Vigência: as Debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de novembro de 2022;

iii) Remuneração: as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, acrescido de um spread de 1,6225% ao ano

iv) Garantias: as Debêntures serão garantidas por (A) cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de determinados contratos de patrocínio, e (B) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito; e

v) Destinação dos Recursos: os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) ao reperfilamento de passivos, incluindo, sem limitação, o pagamento do saldo devedor das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia (“Debêntures da 2ª Emissão”), (ii) para o reforço do caixa da Emissora, e (iii) para novos investimentos incluindo, sem limitação, possíveis aquisições de participações acionárias.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dadas as características de nossas operações, valemo-nos da possibilidade de vender ingressos para os espetáculos que organizamos com antecedência de, geralmente, pelo menos seis meses em relação à data do evento, o que frequentemente nos proporciona situação privilegiada de liquidez e faz com que não haja necessidade de recorrer a financiamentos de terceiros para cobertura de deficiências de liquidez. Entretanto, como informamos no item acima, recorreremos à 3ª emissão de debentures para reforço de nosso caixa em caso de eventuais necessidades no Brasil e a uma operação de capital de giro na Argentina, já liquidada, descrita abaixo.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2017, 2018 e de 2019, o saldo da conta de empréstimos e financiamentos era, respectivamente, de R\$25,7 milhões, R\$120,9 milhões e R\$156,1 milhões.

A tabela abaixo apresenta o perfil de vencimento das nossas obrigações contratuais e financeiras relevantes a partir de 31 de dezembro de 2019 que poderão afetar a nossa liquidez.

R\$ milhões	Prazo Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Acima de 5 anos
Endividamento Financeiro	156,1	52,6	103,4	-	-
Contratos de Arrendamento	34,9	11,5	17,2	6,2	-
Obrigações Comerciais	7,0	7,0	-	-	-
Impostos Parcelados	0,9	0,3	0,4	0,3	-
Total	198,9	71,4	121,0	6,5	0,0

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros atualmente praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro dos anos indicados:

R\$ milhões	2017	2018	2019	Taxa de juros média (% a.a.)
Em moeda internacional				
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	-	-	-	
Em moeda nacional				
Debêntures	25,6	120,9	121,1	CDI + 1,6225%
Finame	0,1	0,0	0,0	3,50%
Passivo de Arrendamento	0,0	0,0	34,9	
Total	25,7	120,9	156,1	

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010. Essa operação foi liquidada no primeiro trimestre de 2015.

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015 o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 50.000 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000.000,00, com vencimento em 25 de março de 2019, conforme autorizado em reunião do Conselho de Administração em 11 de março de 2015.

Em 5 de novembro de 2018, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 120.000.000 de debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$120.000.000,00, com vencimento em 5 de novembro de 2022.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.

ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e Financiamentos

b.1) As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows internacionais.

A modalidade de conta garantida teve exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de dezembro de 2019, a controlada, T4F Entretenimientos Argentina S.A., não estava mais utilizando esta modalidade de financiamento, que foi liquidada no primeiro trimestre de 2016.

b.2) A modalidade de crédito BNDES - Finame crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo KM de Vantagens Hall de Belo Horizonte.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$112,3 milhões.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação contratual entre nossas dívidas quirográficas, sabendo que as nossas debêntures contam com garantia flutuante e garantia real, cujas características envolvem os direitos de preferência e prerrogativas previstas em lei.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, principalmente com relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não possuímos limitações para contratação de novas dívidas nem para pagamento de dividendos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Consideramos para fins de preenchimento deste item, o saldo de empréstimos e financiamentos que engloba essencialmente a segunda emissão de 50.000 debêntures no total de R\$50 milhões em 2015, com vencimento em março de 2019 e a terceira emissão de 120.000.000 de debêntures no valor de R\$120 milhões em 2018 com vencimento em novembro de 2022. Conforme apresentado no item 10.1.d, os recursos oriundos da terceira emissão serão destinados (i) ao reperfilamento de passivos, incluindo, sem limitação, o pagamento do saldo devedor das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia (“Debêntures da 2ª Emissão”), (ii) para o reforço do caixa da Emissora, e (iii) para novos investimentos previstos para 2019 incluindo, sem limitação, possíveis aquisições de participações acionárias.

R\$ milhões	2017	2018	2019
Endividamento Financeiro	25,7	120,9	156,1
% utilizado do financiamento	100%	100%	100%

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano:

R\$ milhões	2017	A.V. % ⁽¹⁾	2018	A.V. % ⁽¹⁾	2019	A.V. % ⁽¹⁾	Δ %	
							2018/2017	2019/2018
Receita Líquida	652,9	100,0	598,4	100,0	393,7	100,0	-8%	-34%
Promoção de Eventos	406,6	62,3	410,7	68,6	219,7	55,8	1%	-47%
Música Ao Vivo	355,1	54,4	369,5	61,7	176,8	44,9	4%	-52%
Eventos Família e Teatro	39,8	6,1	29,8	5,0	34,4	8,7	-25%	15%
Eventos Esportivos	11,6	1,8	11,4	1,9	8,5	2,2	-2%	-25%
Ticketing, A&B e Venues	153,8	23,6	95,9	16,0	78,4	19,9	-38%	-18%
Patrocínios	92,5	14,2	91,8	15,3	95,6	24,3	-1%	4%
Promoção de Eventos	74,7	11,4	80,6	13,5	77,0	19,6	8%	-4%
Ticketing, A&B e Venues	17,8	2,7	11,2	1,9	18,6	4,7	-37%	66%
Lucro Bruto	134,7	20,6	96,9	16,2	56,6	14,4	-28%	-42%
Margem Bruta (%)	20,6%		16,2%		14,4%			
Receitas (despesas) operacionais	(66,6)	(10,2)	(64,8)	(10,8)	(104,2)	(26,5)	-3%	61%
Impairment	-		-		-			
Resultado financeiro	1,7	0,3	(4,4)	(0,7)	(38,0)	(9,7)	-355%	771%
Impostos e contribuições sociais	(4,5)	(0,7)	(17,2)	(2,9)	13,8	3,5	281%	-180%
Resultado Líquido	45,3	6,9	10,6	1,8	(71,8)	(18,2)	-77%	-776%
Margem Líquida (%)	6,9%		1,8%		-18,2%			
Resultado Líquido (excl. efeitos não-recorrentes)⁽²⁾	45,3	6,9	10,6	1,8	(26,2)	(6,6)	-77%	-346%
Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽²⁾	6,9%		1,8%		-6,6%			
Música ao Vivo								
Número de Eventos	301		261		176		-13%	-33%
Ingressos Vendidos (000)	1.557		1.642		868		5%	-47%
Preço Médio (R\$)	223		217		210		-3%	-3%
Eventos Família e Teatro								
Número de Eventos	453		195		379		-57%	94%
Ingressos Vendidos (000)	394		229		274		-42%	20%
Preço Médio (R\$)	120		142		137		18%	-3%
Total - Número de Eventos	754		456		555		-40%	22%
Total - Ingressos Vendidos (000)	1.951		1.870		1.142		-4%	-39%

⁽¹⁾ Percentual da Receita Líquida.

⁽²⁾ Efeitos não-recorrentes contabilizados em 2019: (i) Pagamento de R\$28,8 milhões referente à decisão de segunda instância de ação judicial na Argentina, total rateado em valor da ação e custos advocatícios, sendo R\$7,7 milhões como "Outras Despesas Operacionais" e R\$21,1 milhões como juros de mora em "Variação Monetária"; (ii) Baixa do investimento referente ao distrato do acordo com a Bizarro no Chile, no valor de R\$8,3 milhões, contabilizado em "Outros Resultados com Investimentos"; (iii) Provisão de R\$8,4 milhões como perda provável referente à decisão de segunda instância de ação judicial no Chile, contabilizado em "Outras Despesas Operacionais".

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Receita Líquida

A receita líquida de 2019 totalizou R\$393,7 milhões, 34% inferior a 2018.

A receita líquida na promoção de eventos diminuiu 47% em relação a 2018, totalizando R\$219,7 milhões. A queda deve-se ao menor número de shows outdoor em 2019 e performance abaixo do esperado em Família e Teatro. Foi realizado em 2018 o total de 26 shows outdoor e em 2019 foram realizados 8 conteúdos em Estádios.

Em família e teatro, a companhia realizou 379 apresentações do musical O Fantasma da Ópera com 274 mil ingressos vendidos. Apesar de ter estreado apenas em agosto de 2018, o musical teve 100% de ocupação durante seus primeiros meses de exibição. Em 2019, o musical ficou em cartaz durante o ano, mas com performance bem abaixo dos primeiros meses.

A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues diminuiu 18% em relação a 2018, atingindo R\$78,4 milhões em 2019, resultado de uma menor venda de ingressos para shows de música ao vivo.

A receita líquida de patrocínios totalizou R\$95,6 milhões em 2019, 4% acima de 2018. Apesar da redução do número de shows outdoor, houve aumento na captação de patrocínios para Festivais.

Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ milhões)	2017	2018	2019	Δ % 2018/2017	Δ % 2019/2018
Promoção de Eventos	(1,3)	(24,4)	(58,0)	n.a.	n.a.
Ticketing, A&B e Venues	43,5	29,5	19,0	-32	-36
Patrocínios	92,5	91,8	95,6	-1	4
Total	134,7	96,9	56,6	-28	-42

O exercício de 2019 apresentou lucro bruto de R\$56,6 milhões versus R\$96,9 milhões em 2018, impactado pelo desempenho abaixo das nossas expectativas nas vendas de ingressos para os conteúdos de música ao vivo e teatro.

Receitas (Despesas) Operacionais

As despesas totais em 2019 atingiram R\$104,2 milhões versus R\$64,8 milhões em 2018. A diferença é justificada pelos seguintes efeitos não-recorrentes: (i) pela baixa de passivo de R\$8,3 milhões referente ao final do acordo com a Bizarro no Chile presente em “Outros resultados com investimentos”; (ii) pelo efeito do valor da condenação judicial na Argentina de R\$7,7 milhões identificado na linha “Outras receitas (despesas) operacionais” e (iii) pela provisão de R\$8,4 milhões como perda provável referente à decisão de segunda instância de ação judicial no Chile.

Excluindo os efeitos não-recorrentes, as despesas recorrentes totais alcançariam R\$79,7 milhões em 2019 (+23% vs. 2018). Este aumento é justificado, principalmente, pelo aumento de Provisão com Devedores Duvidosos em R\$2,7 milhões, Impairment da Aurolights no valor de R\$1,7 milhão e custos de readequação da casa de São Paulo, que passou por reformas para atender o novo contrato de naming rights, além de custos para promover a nova estrutura organizacional.

Resultado Financeiro

Em 2019 o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$38 milhões, versus resultado negativo de R\$4,4 milhões em 2018, devido principalmente a variação monetária negativa de R\$20,3 milhões devido ao valor pago sobre a contingência da Argentina por juros e hiperinflação e ajuste contábil de hiperinflação na Argentina com efeito líquido negativo equivalente a R\$13,2 milhões, sendo R\$14,0 milhões em “outras despesas financeiras” e R\$0,8 milhão como efeito positivo em “outras receitas financeiras”.

Vale destacar que o resultado financeiro foi impactado também pelo efeito não-recorrente do valor de R\$21,1 milhões referente a juros de mora da ação judicial na Argentina na conta de variação monetária (sem o efeito contábil de hiperinflação). Excluídos os efeitos de hiperinflação e os juros referentes à ação judicial na Argentina, o resultado financeiro teria sido negativo em R\$3,7 milhões em 2019.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício foi negativo, apresentando prejuízo de R\$71,8 milhões, versus lucro líquido de R\$10,6 milhões em 2018. Excluídos os efeitos não-recorrentes, o prejuízo seria de R\$26,2 milhões. Excluindo ainda os efeitos do ajuste por hiperinflação, o prejuízo seria de R\$13,0 milhões em 2019.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Receita Líquida

A receita líquida de 2018 totalizou R\$598,4 milhões, 8% inferior a 2017.

A receita líquida na promoção de eventos alcançou R\$410,7 milhões em 2018, praticamente em linha com o ano de 2017. A redução no segmento de família e teatro foi compensada por um aumento na receita de música ao vivo devido a um maior número de shows outdoor em 2018. Música ao vivo representava 38% da receita líquida em média de 2010 a 2015, passou para 66% em 2016, 54% em 2017 e encerrou 2018 representando 62%.

A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues diminuiu 38% em 2018, resultado de uma menor atividade na promoção de eventos, mas principalmente, pela menor venda de ingressos para shows de música ao vivo.

A receita líquida de patrocínios totalizou R\$91,8 milhões no 2018, em linha com 2017 e 2016. Em 2018, a receita líquida de patrocínios representou 15% da receita líquida, versus 14% em 2017 e 12% em 2016 (média 22% de 2010 a 2013), devido, principalmente, ao cenário macroeconômico desfavorável no Brasil, com a consequente redução nas verbas de marketing das empresas.

Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ milhões)	2016	2017	2018	Δ % 2017/2016	Δ % 2018/2017
Promoção de Eventos	12,1	(1,3)	(24,4)	n.a.	n.a.
Ticketing, A&B e Venues	29,5	43,5	29,5	48	-32
Patrocínios	92,5	92,5	91,8	0	-1
Total	134,1	134,7	96,9	0	-28

O lucro bruto foi de R\$96,9 milhões em 2018 versus R\$134,7 milhões em 2017, impactado pelo desempenho abaixo das nossas expectativas nas vendas de ingressos para os conteúdos de música ao vivo apresentados em 2018.

Receitas (Despesas) Operacionais

As despesas com vendas, gerais e administrativas e a remuneração dos administradores apresentaram redução de 2% em relação a 2017. Somadas outras receitas (despesas) operacionais, a redução foi de 3%.

Resultado Financeiro

Em 2018, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$4,4 milhões, versus R\$1,7 milhão positivo em 2017. O resultado foi impactado pela nova norma contábil sobre hiperinflação na Argentina que, a partir de 2018, corrige o balanço patrimonial pela inflação do período e cujo efeito é refletido no resultado financeiro. Sem o efeito da hiperinflação, a receita financeira teria sido de R\$10,0 milhões e as despesas somariam R\$9,9 milhões, gerando um resultado financeiro positivo de R\$0,1 milhão. Acrescido do resultado positivo de R\$6,0 milhões na variação cambial de nossa posição de caixa em dólar e dos contratos de hedge assumidos para pagamento de cachê, o resultado financeiro líquido seria de R\$6,1 milhões.

Resultado Líquido do Exercício

O lucro líquido diminuiu 77% em 2018, passando para R\$10,6 milhões (ROE + 3,2%), com redução de 5,2 pontos percentuais na margem.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Receita Líquida

A receita líquida do exercício de 2017 totalizou R\$652,9 milhões, 18% menor quando comparado a 2016 (R\$792,5 milhões).

A receita líquida na promoção de eventos alcançou R\$406,6 milhões, uma redução de 28% em relação a 2016, reflexo da menor atividade em shows de estádios ano contra ano, com impacto no preço médio dos ingressos de música ao vivo (-13%) devido ao mix, dado que os shows outdoor apresentam o maior ticket médio. Música ao vivo representava 36% da receita líquida em média de 2010 a 2014, passou para 46% em 2015, alcançou 66% em 2016 e encerrou 2017 representando 54%.

A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues aumentou 13% em 2017, graças ao maior nível de atividade na ticketeira, com a maior venda de ingressos para shows próprios e de terceiros realizados em 2017 e programados para 2018, resultando em consequente aumento do reconhecimento da taxa de conveniência.

A receita líquida de patrocínios totalizou R\$92,5 milhões, em linha com 2016. Em 2017, a receita líquida de patrocínios representou 14% sobre a receita líquida, versus 12% em 2016 e 17% em 2015 (média 22% de 2010 a 2013), devido, principalmente, ao cenário macroeconômico desfavorável no Brasil, com a consequente redução nas verbas de marketing das empresas.

Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ milhões)	2015	2016	2017	Δ % 2016/2015	Δ % 2017/2016
Promoção de Eventos	(77,7)	12,1	(1,3)	n.a.	n.a.
Ticketing, A&B e Venues	94,9	29,5	43,5	-69	48
Patrocínios	91,7	92,5	92,5	1	0
Total	109,0	134,1	134,7	23	0

O lucro bruto de 2017 ficou em linha com 2016, atingindo R\$134,7 milhões, versus R\$134,1 milhões em 2016 e R\$109,0 milhões em 2015. Em relação à receita líquida, a margem bruta apresentou ganho de 3,7 pontos percentuais em relação a 2016, alcançando 20,6%, a maior margem dos últimos anos.

Receitas (Despesas) Operacionais

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram redução de 5% em 2017, passando de R\$75,4 milhões em 2016 para R\$71,4 milhões em 2017. Somando outras despesas operacionais, a redução é de 18% ano contra ano, passando de R\$80,8 milhões em 2016 para R\$66,6 milhões em 2017, mantendo o mesmo nível em relação à receita líquida.

Resultado Financeiro

Em 2017, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$1,7 milhão, versus resultado negativo de R\$6,8 milhões em 2016, principalmente, pelo resultado positivo na variação cambial de nossa posição de caixa em dólar e dos contratos de hedge assumidos para pagamento de cachê.

Resultado Líquido do Exercício

O lucro líquido cresceu 74% em 2017, passando para R\$45,3 milhões (ROE + 14,6%), com ganho de 3,6 pontos percentuais na margem.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial do exercício social encerrado em 31 de dezembro dos últimos três exercícios sociais.

R\$ milhões	2017	A.V. % ⁽¹⁾	2018	A.V. % ⁽¹⁾	2019	A.V. % ⁽¹⁾	Δ % 2018/2017	Δ % 2019/2018
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	198,0	28	202,0	30	209,7	34	2	4
Caixa restrito	6,8	1	4,1	1	0,0	0	-39	-100
Contas a receber de clientes	174,2	25	141,2	21	76,9	12	-19	-46
Estoques	1,0	0	1,5	0	1,2	0	47	-19
Impostos a recuperar	24,6	4	18,1	3	19,2	3	-27	6
Adiantamento a fornecedores	11,4	2	36,1	5	6,6	1	217	-82
Custos Antecipados	37,4	5	29,8	4	36,6	6	-20	23
Outras contas a receber	19,2	3	31,6	5	5,3	1	65	-83
Total do ativo circulante	472,5	68	464,5	68	355,5	57	-2	-23
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59,5	9	53,9	8	62,5	10	-10	16
Depósitos judiciais	24,7	4	10,5	2	10,2	2	-58	-3
Custos Antecipados	0	0	15	2	12	2	n.a.	-25
Partes relacionadas	8,0	1	7,4	1	8,5	1	-7	15
Total do realizável a longo prazo	92,2	13	87,1	13	92,8	15	-6	7
Imobilizado	15,7	2	16,0	2	47,8	8	2	199
Intangível:								
Ágio na aquisição de investimentos	113,0	16	111,2	16	123,8	20	-2	11
Outros Intangíveis	4,1	1	3,1	0	3,4	1	-24	9
Total de ativo não circulante	225,0	32	217,4	32	267,8	43	-3	23
TOTAL DO ATIVO	697,5	100	681,9	100	623,3	100	-2	-9

R\$ milhões	2017	A.V. % ⁽¹⁾	2018	A.V. % ⁽¹⁾	2019	A.V. % ⁽¹⁾	Δ % 2018/2017	Δ % 2019/2018
PASSIVO CIRCULANTE								
<i>Fornecedores</i>	69,1	10	64,6	9	42,3	7	-7	-34
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	17,4	2	0,9	0	52,6	8	-95	5774
<i>Salários, provisões e encargos sociais</i>	5,3	1	5,5	1	6,7	1	3	22
<i>Impostos e contribuições a recolher</i>	15,1	2	9,8	1	4,5	1	-35	-55
<i>Adiantamentos de clientes</i>	196,0	28	119,6	18	107,6	17	-39	-10
<i>Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura</i>	4,3	1	0,0	0	0,0	0	-100	n.a.
<i>Dividendos a pagar</i>	10,5	2	2,0	0	0,0	0	-81	-100
<i>Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</i>	0	0	0	0	0	0	n.a.	n.a.
<i>Outras obrigações</i>	11,5	2	5,5	1	8,9	1	-52	61
Total de passivo circulante	329,2	47	207,9	30	222,5	36	-37	7
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	8,3	1	120,0	18	103,4	17	1340	-14
<i>Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</i>	23,9	3	9,3	1	19,3	3	-61	108
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos</i>	0,2	0	3,9	1	0,5	0	1817	-88
<i>Impostos e contribuições a recolher</i>	5,8	1	5,4	1	0,9	0	-6	-83
<i>Outras obrigações</i>	3,4	0	0,9	0	0,0	0	-72	-100
Total de passivo não circulante	41,5	6	139,5	20	124,1	20	236	-11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
<i>Capital social</i>	243,0	35	243,0	36	243,0	39	0	0
<i>Gastos com emissão de ações</i>	-9,7	-1	-9,7	-1	-9,7	-2	0	0
<i>Reserva de capital</i>	4,9	1	6,1	1	-0,8	0	25	-113
<i>Reserva de reavaliação</i>	0,9	0	0,8	0	0,6	0	-17	-25
<i>Reserva de lucros</i>	70,5	10	78,5	12	11,0	2	11	-86
<i>Ações em Tesouraria</i>	0,0	0	0,0	0	0,0	0	n.a.	n.a.
<i>Resultados Abrangentes</i>	14,1	2	12,7	2	35,4	6	-10	180
<i>Patrimônio líquido dos acionistas controladores</i>	323,5	46	329,2	48	277,5	45	2	-16
<i>Participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas</i>	3,3	0	5,3	1	-0,8	0	63	-116
Total do patrimônio líquido consolidado	326,8	47	334,5	49	276,6	44	2	-17
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	697,5	100	681,9	100	623,3	100	-2	-9

⁽¹⁾ Percentual do total do ativo.

⁽²⁾ Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Ativo Circulante

O ativo circulante diminuiu 23%, ou R\$109,0 milhões, passando de R\$464,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$355,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 68% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e representa 57% do total do ativo circulante em 31 de dezembro de 2019.

O ativo circulante apresentou pequena redução, principalmente pela variação nas contas descritas abaixo:

- (i) diminuição de R\$29,5 milhões no saldo da conta de adiantamento a fornecedores. Esta diminuição é justificada pela queda em conteúdos outdoor em 2019 comparado com 2018;
- (ii) redução de R\$64,3 milhões em contas a receber. Esta redução é justificada pela diminuição de venda antecipada de ingressos com parcelamento no cartão de crédito em 2019 para shows outdoor de 2020. Em 2018 foi realizada antecipação de vendas para 8 shows outdoor de 2019 e em 2019 estavam em venda apenas 2 conteúdos em estádio de 2020.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$87,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$92,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente à utilização de impostos de renda e contribuição social diferidos.

Imobilizado

O imobilizado passou de R\$16,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$47,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido ao acréscimo do custo de bens de direito de uso equivalente a R\$33,7 milhões em 2019.

Cabe ressaltar que a nova norma CPC 06/IFRS16 remove a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros e requer o reconhecimento de um ativo (bens de direito de uso) e um passivo financeiro relacionado como pagamento de aluguéis para praticamente todos os contratos de arrendamento. Por esse motivo, a partir de 1º de janeiro de 2019, os empréstimos e financiamentos passaram a refletir os nossos contratos de arrendamento com prazo maior de 12 meses.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 7%, passando de R\$207,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$222,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 30% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e passou para 36% em 31 de dezembro de 2019. Essa movimentação ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de R\$51,7 milhões no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$0,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$52,6 milhão em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao reconhecimento de arrendamento no valor de R\$34,9 milhões como dívida;
- (ii) redução de 34% ou R\$22,2 milhões na conta de fornecedores, que passou de R\$64,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$42,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, refletindo o menor número de shows realizados em 2019 comparado com 2018; e
- (iii) redução de 100% ou R\$2,0 milhões no saldo da conta dividendos a pagar, que passou de R\$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para saldo zerado em 31 de dezembro de 2019 devido ao seu pagamento bem como prejuízo apurado no período.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante diminuiu 11%, de R\$139,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$124,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo não circulante representava 20% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e manteve esta representação em 2019.

Em 2019 houve aumento em R\$10,0 milhões na conta de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhadores devido a duas ações judiciais envolvendo a Companhia, citados como eventos não recorrentes do período. O valor subiu de R\$9,3 milhões em 2018 para R\$19,3 milhões em 2019.

Porém, este aumento é compensado pela queda de R\$16,6 milhões em empréstimos e financiamentos, diminuindo de R\$120,0 milhões em 2018 para R\$103,4 milhões.

Lembrando que em novembro de 2018 tivemos a 3ª emissão de debêntures no valor de R\$120,0 milhões.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido diminuiu 17%, passando de R\$334,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$276,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O patrimônio líquido representava 49% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e reduziu para 44% em 31 de dezembro de 2019.

A queda no patrimônio líquido ocorreu principalmente pela redução de R\$67,5 milhões no saldo da conta reserva de lucros, que passou de R\$78,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$11,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**Ativo Circulante**

O ativo circulante diminuiu 2%, ou R\$8,0 milhões, passando de R\$472,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$464,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. O ativo circulante representava 68% do total do ativo em 31 de dezembro de 2017 e manteve-se no mesmo nível em 31 de dezembro de 2018.

O ativo circulante apresentou pequena redução, principalmente pela variação nas contas descritas abaixo:

- (iii) aumento de R\$24,7 milhões no saldo da conta de adiantamento a fornecedores. Este aumento é justificado pelo pagamento em 2018 de grande parte dos cachês das turnês contratadas para 2019; e
- (iv) redução de R\$33,0 milhões em contas a receber. Esta redução é justificada pela venda antecipada de ingressos com parcelamento no cartão de crédito em 2018 para 8 shows outdoor de 2019, enquanto em 2017 houve venda antecipada para 19 shows outdoor de 2018, com parcelamento de até 8 vezes no cartão de crédito.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$92,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$87,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente à utilização de impostos de renda e contribuição social diferidos e à redução em depósitos judiciais.

Imobilizado

O imobilizado manteve-se praticamente estável, passando de R\$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$16,0 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Circulante

O passivo circulante diminuiu 37%, passando de R\$329,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$207,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo circulante representava 47% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 30% em 31 de dezembro de 2018. Essa movimentação ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (iv) redução de 95%, ou R\$16,5 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$17,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao pagamento do saldo devedor e juros das debêntures da 2ª emissão; e
- (v) redução de 39% ou R\$76,3 milhões no saldo da conta adiantamento de clientes, que passou de R\$196,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$119,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, refletindo o menor número de shows outdoor à venda no final de 2018 comparado com o final de 2017 para o ano subsequente.
- (vi) redução de 81% ou R\$8,5 milhões no saldo da conta dividendos a pagar, que passou de R\$10,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido ao menor lucro apurado no período.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 236%, passando de R\$41,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$139,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo não circulante representava 6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 20% em 31 de dezembro de 2018.

Este crescimento ocorreu principalmente pelo aumento de R\$111,7 milhões na conta de empréstimos e financiamentos, que passou de R\$8,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$120,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, reflexo da 3ª emissão de debêntures no valor de R\$120,0 milhões realizada em novembro de 2018.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 2%, passando de R\$326,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$334,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. O patrimônio líquido representava 47% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 49% em 31 de dezembro de 2018.

O aumento no patrimônio líquido ocorreu principalmente pelo incremento de R\$7,9 milhões no saldo da conta reserva de lucros, que passou de R\$70,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$78,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 67%, ou R\$189,1 milhões, passando de R\$283,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$472,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. O ativo circulante representava 53% do total do ativo em 31 de dezembro de 2016 e 68% em 31 de dezembro de 2017.

Esse aumento ocorreu principalmente pela variação nas contas descritas abaixo:

- (v) aumento de R\$60,6 milhões no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa. Este aumento é justificado pela geração de recursos com nossas atividades operacionais e de investimentos, descrita no item Fluxo de Caixa; e
- (vi) aumento de R\$106,0 milhões em contas a receber. Este aumento é justificado pela venda antecipada de ingressos, com parcelamento de até 8x no cartão de crédito para 19 shows outdoor de 2018, enquanto que em 2016 iniciamos vendas para 5 shows outdoor de 2017.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$104,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$92,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente à utilização de impostos de renda e contribuição social diferidos.

Imobilizado

O imobilizado reduziu 50%, passando de R\$31,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$15,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente pela baixa de ativos por venda quando da incorporação da empresa Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 70%, passando de R\$194,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$329,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. O passivo circulante representava 36% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 47% em 31 de dezembro de 2017. Essa movimentação ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (vii) aumento de 31%, ou R\$16,4 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$52,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$69,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento se deve ao aumento em

custos antecipados no valor de R\$11,9 milhões, por conta do maior volume de shows já programados para o ano seguinte, dado que a maioria do montante foi registrada em contrapartida na conta fornecedores; e

- (viii) aumento de 103% no saldo da conta adiantamento de clientes, que passou de R\$96,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$196,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse expressivo aumento reflete o desempenho das vendas antecipadas de ingressos para 19 shows outdoor programados para 2018, enquanto em 2016 havia vendas abertas para 5 shows outdoor realizados em 2017.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante diminuiu 27%, passando de R\$56,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$41,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. O passivo não circulante representava 11% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 6% em 31 de dezembro de 2017.

Esta redução ocorreu principalmente pela redução de 67% no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$25,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$8,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, reflexo direto da amortização de duas parcelas de nossas debêntures.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 14%, passando de R\$287,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$326,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. O patrimônio líquido representava 53% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 47% em 31 de dezembro de 2017.

O aumento no patrimônio líquido ocorreu principalmente pelo incremento de 90% no saldo da conta reserva de lucros, que passou de R\$37,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$70,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, graças ao aumento no lucro líquido em 2017.

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro dos últimos três exercícios.

R\$ milhões	2017	2018	2019	Δ % 2018/2017	Δ % 2019/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado líquido do exercício	45,3	10,6	(71,8)	(77)	n.a.
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	6,9	5,3	17,3	(24)	228
Perdas por redução ao valor recuperável do ágio	(0,5)	(0,0)	1,8	92	n.a.
Perdas com investimentos	-	-	8,3	n.a.	n.a.
Custo residual de ativo imobilizado baixado	13,2	1,4	0,8	(90)	(43)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13,4	9,7	(14,5)	(27)	n.a.
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	3,4	(7,2)	6,0	n.a.	n.a.
Pagamentos baseados em ações	1,1	1,2	2,1	7	78
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	0,0	2,2	10,3	73.200	369
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	1,2	(0,9)	3,4	n.a.	n.a.
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes	(107,4)	33,6	48,3	n.a.	44
Estoques	0,3	(0,7)	0,1	n.a.	n.a.
Impostos a recuperar	(2,2)	0,7	(5,3)	n.a.	n.a.
Adiantamento a fornecedores	3,1	(24,9)	26,5	n.a.	n.a.
Outras contas a receber	(13,1)	(15,1)	1,6	(15)	n.a.
Depósitos judiciais	0,1	14,2	0,3	22.386	(98)
Custos antecipados	(12,2)	(7,9)	(4,8)	36	39
Fornecedores	17,6	2,7	1,1	(84)	(61)
Impostos e contribuições a recolher	4,2	(3,6)	0,9	n.a.	n.a.
Salários, provisões e encargos sociais	(0,0)	0,4	(2,4)	n.a.	n.a.
Adiantamentos de clientes	99,5	(76,3)	(10,8)	n.a.	86
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(0,2)	(16,8)	(0,5)	(9.289)	97
Outras obrigações e contas a pagar	12,8	(6,6)	7,2	n.a.	n.a.
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	-	(2,0)	n.a.	n.a.
Pagamento de passivos de arrendamento - juros	-	-	-	n.a.	n.a.
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	86,4	(77,9)	24,0	n.a.	n.a.
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações Financeiras	14,3	(5,0)	(0,0)	n.a.	100
Aquisição de imobilizado e intangível	(2,8)	(1,4)	(3,7)	50	(166)
Ágio na aquisição de investimentos	0,1	-	(1,0)	(100)	n.a.
Aquisição de participação em controladas	-	-	-	n.a.	n.a.
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	11,6	(6,4)	(4,7)	n.a.	n.a.
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aquisição de ações próprias	(0,3)	(1,9)	-	610	(100)
Partes relacionadas	(0,9)	1,1	(0,3)	(229)	(128)
Pagamento de dividendos	(6,3)	(21,1)	(4,0)	233	(81)
Emissão de Debêntures	-	120,0	-	n.a.	(100)
Pagamento de debêntures - principal	(16,7)	(25,0)	(8,9)	50	(65)
Pagamento de debêntures - juros	(5,3)	(2,3)	-	(56)	(100)
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	n.a.	n.a.
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	-	n.a.	n.a.
Pagamento de passivos de arrendamento - principal	-	-	(13,4)	n.a.	n.a.
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(29,5)	70,9	(26,6)	(341)	(138)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6,3	12,4	15,0	96	21
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	74,9	(1,1)	8	n.a.	n.a.
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial	123,1	198,0	197,0	60,8	(0,5)
Saldo final	198	197,0	204,6	(0,5)	3,9

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

Em 2019, geramos R\$24,1 milhões de caixa operacional contra consumo de R\$77,9 milhões consumidos em 2018, resultado do recebimento antecipado de patrocínios e do baixo consumo de caixa, dado que promovemos número menor de eventos outdoor no período.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento

O fluxo de caixa de investimento foi negativo em R\$3,7 milhões em 2019 devido ao dispêndio de R\$2,4 milhões em capex de manutenção e R\$1,0 milhão de ágio na aquisição da Popload.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento

Em 2019, despendemos (i) R\$13,4 milhões com o pagamento de passivos de arrendamento referente aos contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculos; (ii) R\$8,8 milhões com os juros relativos à 3ª emissão de debêntures e (iii) distribuição de dividendos de R\$3,9 milhões.

Cabe ressaltar que a nova norma CPC 06/IFRS16 remove a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros e requer o reconhecimento de um ativo (bens de direito de uso) e um passivo financeiro relacionado como pagamento de aluguéis para praticamente todos os contratos de arrendamento. Por esse motivo, a partir de 1º de janeiro de 2019, os empréstimos e financiamentos passaram a refletir os nossos contratos de arrendamento com prazo maior de 12 meses.

Com isso, encerramos 2019 com: (i) endividamento total de R\$156,1 milhões e (ii) caixa líquido de R\$53,6 milhões.

Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 3,9%, passando de R\$197,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$204,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

Em 2018, consumimos R\$77,9 milhões de caixa operacional, pois tivemos um uso atípico do capital de giro, com uma concentração de vendas parceladas no final do ano para eventos de 2019 e adiantamento de cachê para shows outdoor contratados para o ano seguinte, enquanto em 2017 geramos R\$86,4 milhões.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento

O fluxo de caixa de investimento foi negativo em R\$6,4 milhões em 2018 devido ao dispêndio de R\$1,4 milhão em capex de manutenção e investimento de R\$5,0 milhões em aplicações financeiras.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento

Em 2018, geramos R\$70,9 milhões com nossas atividades de financiamento devido a: (i) 3ª emissão de debêntures no valor de R\$120,0 milhões; (ii) pagamento do saldo devedor e juros das debêntures da 2ª emissão no valor de R\$27,3 milhões; (iii) distribuição de R\$21,1 milhões em dividendos; (iv) aquisição de ações próprias no valor de R\$1,9 milhão e (iv) geração de R\$1,1 milhão em transações com partes relacionadas.

Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa manteve-se praticamente estável, passando de R\$198,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$197,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016**Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais**

Em 2017, geramos R\$86,4 milhões de caixa operacional, o que corresponde a uma conversão de 115% do EBITDA em caixa, enquanto em 2016 consumimos R\$80,5 milhões.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento

O fluxo de caixa de investimento foi positivo em R\$11,6 milhões devido ao vencimento de R\$14,3 milhões em aplicações contra um capex de manutenção de apenas R\$2,8 milhões.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento

Despendemos R\$29,5 milhões com nossas atividades de financiamento, principalmente, com as amortizações semestrais das debêntures e pagamento de juros, que somam R\$22,0 milhões, e com a distribuição de R\$6,3 milhões em dividendos.

Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou 61%, passando de R\$123,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$198,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10.2. Resultados das operações e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita líquida é originada da prestação de serviços, consistentes na promoção dos eventos, operação de bilheterias, casas de espetáculos e estacionamento, e a comercialização de alimentos, bebidas e produtos promocionais (*merchandising*), dentre outros. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita líquida, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

R\$ milhões	2017	A.V. % ⁽¹⁾	2018	A.V. % ⁽¹⁾	2019	A.V. % ⁽¹⁾	Δ % 2018/2017	Δ % 2019/2018
Receita Líquida	652,9	100,0	598,4	100,0	393,7	100,0	-8%	-34%
Promoção de Eventos	406,6	62,3	410,7	68,6	219,7	55,8	1%	-47%
Música Ao Vivo	355,1	54,4	369,5	61,7	176,8	44,9	4%	-52%
Eventos Família e Teatro	39,8	6,1	29,8	5,0	34,4	8,7	-25%	15%
Eventos Esportivos	11,6	1,8	11,4	1,9	8,5	2,2	-2%	-25%
Ticketing, A&B e Venues	153,8	23,6	95,9	16,0	78,4	19,9	-38%	-18%
Patrocínios	92,5	14,2	91,8	15,3	95,6	24,3	-1%	4%
Promoção de Eventos	74,7	11,4	80,6	13,5	77,0	19,6	8%	-4%
Ticketing, A&B e Venues	17,8	2,7	11,2	1,9	18,6	4,7	-37%	66%

⁽¹⁾ Percentual em relação à receita líquida nos exercícios.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, promovemos 555 eventos de música ao vivo, família e teatro com 1,1 milhão de ingressos vendidos. Em relação a 2018, o número de eventos promovidos aumentou 22% e a quantidade de ingressos vendidos diminuiu 39%.

Em música ao vivo, realizamos 176 shows com 868 mil de ingressos vendidos. A redução de 33% no número de shows e de 47% no número de ingressos vendidos deve-se, além do menor flow de artistas para a região, ao fato de que após o fim da parceria com a Bizarro em janeiro, não estamos mais promovendo shows latinos indoor no Chile. O número de ingressos foi impactado também pela menor promoção de shows outdoor. Enquanto tivemos 26 shows outdoor em 2018, entre eles 3 dias de Lollapalooza, 5 shows do Ozzy Osbourne (1 na Argentina), 10 shows do Roger Waters (2 na Argentina), 2 shows do Solid Rock e 2 shows do Summer Break, em 2019 tivemos 3 dias de Lollapalooza, 3 shows do Paul McCartney, 1 show do Arctic Monkeys e 1 dia do novo festival Popload.

Em família e teatro, realizamos 379 apresentações do musical O Fantasma da Ópera com 274 mil ingressos vendidos. Apesar de ter estreado apenas em agosto do ano passado, o musical teve 100% de ocupação durante seus primeiros meses de exibição em 2018. Em 2019, o musical ficou em cartaz durante o ano, mas com performance bem abaixo dos primeiros meses. Como consequência, o número de apresentações aumentou 94% mas o número de ingressos vendidos cresceu somente 20%.

Em 2018, promovemos 456 eventos de música ao vivo, família e teatro com 1,9 milhão de ingressos vendidos. Em relação a 2017, os números de eventos promovidos e de ingressos vendidos diminuíram, respectivamente, 40% e 4%.

Em música ao vivo, realizamos 261 shows com 1,6 milhão de ingressos vendidos. Devido ao mix de eventos realizados no ano, o número de shows diminuiu 13%, enquanto o público pagante aumentou 5%. A promoção de um menor número de shows é reflexo da baixa atividade de eventos indoor, principalmente nos meses de junho e julho devido à Copa do Mundo, enquanto o aumento no número de ingressos vendidos reflete a maior quantidade de shows outdoor realizados em 2018 em comparação a 2017. É importante lembrar que, conforme explicamos anteriormente, em 2018

fomos impactados por uma redução na demanda por ingressos de música ao vivo a partir de junho, que acreditamos ser consequência dos eventos da Greve dos Caminhoneiros (Brasil), seguida pela Copa do Mundo, a crise na Argentina e pela forte polarização das eleições no Brasil.

Em família e teatro, promovemos 195 eventos com 229 mil ingressos vendidos. A redução de 57% no número de eventos e de 42% no público pagante deve-se, principalmente, ao fato de que, enquanto em 2017 apresentamos o musical *Les Misérables* de março a dezembro e o musical *2 Filhos de Francisco* de outubro a dezembro, em 2018 promovemos o musical *O Fantasma da Ópera* apenas a partir de agosto. Além disso, no segmento de família, em 2018 promovemos apenas o espetáculo *Fuerza Bruta*, enquanto em 2017 promovemos, além do *Fuerza Bruta*, os shows *Disney on Ice*, *Circo da China*, *Harlem Globetrotters* e *Masters of Illusion*.

Em 2017 promovemos 754 eventos de música ao vivo, teatro e família com público pagante de 2,0 milhões.

Em música ao vivo, promovemos 301 shows com 1,6 milhão de ingressos vendidos. Houve incremento de 5% no número de eventos, porém com redução de 29% no público pagante. O aumento no número de shows reflete um importante crescimento em shows indoor, principalmente de artistas locais/latinos, em nossas venues e de terceiros (com capacidade até 15.000 pessoas). A redução no público pagante total deve-se à redução de 50% no número de shows em estádios, que tem capacidade superior a 40.000 pessoas.

Em família e teatro, o número de eventos aumentou 54% e o público pagante 27%. Em 2017 apresentamos o musical *Les Miserables*, o espetáculo *Fuerza Bruta*, o *Circo da China*, os *Harlem Globetrotters* e iniciamos o musical *Dois Filhos de Francisco*, enquanto em 2016 promovemos apenas o musical *Wicked* e o espetáculo *Disney on Ice*.

A tabela abaixo apresenta os indicadores operacionais:

Promoção de Eventos ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	2017	2018	2019	Δ % 2018/2017	Δ % 2019/2018
Música ao Vivo					
Número de Eventos	301	261	176	-13	-33
Total de Ingressos Vendidos (em milhares)	1.557	1.642	868	5	-47
Preço Médio por Ingresso ⁽²⁾	223	217	210	-3	-3
Eventos Família/ Teatro					
Número de Eventos	453	195	379	-57	94
Total de Ingressos Vendidos (em milhares)	394	229	274	-42	20
Preço Médio por Ingresso ⁽³⁾	120	142	137	18	-3

⁽¹⁾ Não inclui Eventos Esportivos

⁽²⁾ Receita Bruta de Música ao Vivo dividida pelo número de ingressos vendidos

⁽³⁾ Receita Bruta de Espetáculos Familiares e Teatro dividida pelo número de ingressos vendidos.

b. Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas receitas são afetadas principalmente pelo volume e mix de conteúdos na promoção de eventos e consequentes efeitos nas demais linhas verticalizadas de nosso modelo de negócios. Por exemplo, no segmento de música ao vivo houve redução de 47% em 2019 em relação ao 2018, devido à promoção de um maior número de shows de estádios, comparativamente ano a ano, que apresentam os maiores preços médios e público pagante por show – em média 45.000. No entanto, também existem, em menores proporções, os efeitos advindos das taxas de câmbio e de inflação.

O preço médio dos ingressos vendidos é calculado com base na categoria do conteúdo apresentado, considerando-se dados históricos, sempre inflacionados. Assim, os preços dos ingressos para nossos conteúdos foram reajustados, no mínimo, pelas inflações abaixo para os anos de 2017, 2018 e 2019:

	2017	2018	2019
Inflação (IGP-M) (%)	-0,5	7,5	7,3
Inflação (IPCA) (%)	3,0	3,8	4,3

Em relação ao câmbio, também repassamos para os preços o efeito da desvalorização cambial para os conteúdos com pagamento de cachês em dólares. Entretanto, em anos de grande desvalorização cambial, o repasse é realizado no longo prazo, pois não é praticável o repasse imediato para os preços.

Além disso, nossas receitas são oriundas também da Argentina, Chile e Peru, e as variações cambiais destas moedas contra o Real afetam as nossas receitas de forma positiva e/ou negativa. Abaixo, encontra-se a contribuição da receita por país e a taxa de câmbio média ano a ano:

Receita Líquida por País (% de contribuição)	2017	2018	2019	Δ % 2017/2016	Δ % 2018/2017
Brasil	71%	70%	10%	13	0
Argentina	12%	10%	85%	-56	-12
Chile	15%	19%	4%	40	26
Peru	2%	0%	0%	n.a.	-100
Total	100%	100%	100%		

		2017	2018	2019
Taxa de câmbio (fechamento) - por US\$ 1,00	Real	3,31	3,83	4,01
	Novo Sol	3,24	3,37	3,31
	Peso Argentino	18,59	37,62	59,87
	Peso Chileno	614,65	692,85	751,95
Taxa média de câmbio - por US\$ 1,00	Real	3,19	3,65	3,95
	Novo Sol	3,26	3,28	3,34
	Peso Argentino	16,55	28,04	48,23
	Peso Chileno	648,49	641,82	703,33

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

As variações das taxas de câmbio influenciam principalmente os espetáculos com artistas internacionais, cujo pagamento de cachê é efetuado geralmente em dólar norte-americano. Desta forma, para evitar prejuízos decorrentes das oscilações cambiais, celebramos, quando necessário, contratos com instrumentos financeiros derivativos (ou contratos de “swap”). Para os anos de 2017 a 2019, os valores dos cachês, direitos autorais e agenciamento de shows estão descritos abaixo, sendo que aproximadamente 85% destes montantes são pagos em dólar:

R\$ milhões	2017	2018	2019	Δ % 2018/2017	Δ % 2019/2018
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	203,45	219,44	124,17	8	-43

A variação das taxas de juros teve impacto nas aplicações financeiras da Companhia, que totalizavam R\$191,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$172,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$177,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Por outro lado, afetou também nossas obrigações, por meio da emissão de debêntures, cujos saldos em 31 de dezembro estão descritos abaixo:

<i>R\$ milhões</i>	2017	2018	2019
Endividamento Financeiro (Debêntures)	25,7	120,9	156,1
% utilizado do financiamento	100%	100%	100%

A inflação tem grande influência sobre os gastos da Companhia, principalmente aqueles relacionados a pessoal (que representaram R\$38,4 milhões em 2019, R\$40,5 milhões em 2018 e R\$44,5 milhões em 2017, que são reajustados pelo dissídio da categoria, que tem por base o IPCA no Brasil, e também sobre alguns custos fixos como aluguel das nossas 5 casas de espetáculos no Brasil, reajustados anualmente pelo IGP-M. Na Argentina somos proprietários do Teatro Opera.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios sociais, que causaram ou se espera que cause efeitos nas nossas demonstrações financeiras.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 30 de março de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a aquisição de 69,48% (sessenta e nove inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) do capital da sociedade Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., cuja atividade social é a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral além de serviços de consultoria e assessoria organizacional de projetos e produção de eventos.

Em abril de 2013, ampliamos nossa participação na Vicar, com um adicional de 10% (dez por cento), sendo que, atualmente, somos detentores de 85% (oitenta e cinco por cento) de seu capital social. A participação na Vicar é estratégica, uma vez que esta controlada atua na prestação de serviços de divulgação, promoção e organização de eventos esportivos.

Em novembro de 2013 a T4F adquiriu 99,9% de participação da T4F Peru Entretenimientos SAC, que tem como objeto principal a organização, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.

Em junho de 2015, a Área Marketing Brasil Ltda. passou a ser denominada Time for Fun Mídia Ltda. e sua atividade social a partir de então é a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.

Em setembro de 2015, foi constituída, no Chile, a T4F Bizarro Producciones SpA mediante contrato firmado entre T4F Entretenimento S.A e Eventos Bizarro SpA na proporção de 60% e 40%, respectivamente e tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.

Em novembro de 2015, a Companhia passou a deter controle direto da T4F Entretenimientos Argentina S.A., mediante capitalização de mútuos.

Em dezembro de 2015 a T4F adquiriu o percentual de 30,52% de minoritários da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. passando a deter 100% das ações.

Em agosto de 2017 houve incorporação da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. pela T4F Entretenimento S.A.

A T4F comunicou em 2019 associação com a Popload, plataforma de música e cultura pop que apresenta conteúdo diário, shows e um festival anual. A associação ocorre por meio da aquisição do controle da sociedade detentora com exclusividade das marcas e dos direitos da realização do Popload Festival, além dos outros ativos relacionados, e reforça a estratégia da Companhia focada em festivais com potencial para geração de maior recorrência de receitas e resultados.

Em setembro de 2015, anunciamos a incorporação das operações da Bizarro SpA, que transcorrido o prazo de três anos, oferecia a possibilidade de fusão entre as partes (T4F e Bizarro), que por decisão dos sócios não se materializou. Assim, em janeiro de 2019, foi registrada a baixa desse investimento no valor de R\$7,4 milhões na conta de “Outros resultados com investimentos”. Com isso, não promovemos shows latinos indoor no Chile, porém mantém-se a operação de bilheteria (ticketeira) e a promoção de shows “anglo”.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, uma vez que não praticamos operações ou eventos não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

a.1) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

A nova norma CPC 06/IFRS 16 aplicável para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 substitui a IAS 17 - Arrendamentos. O Pronunciamento altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possua valor imaterial ou que tenha como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transação; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

a.2) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem

altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

a.3) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017:

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 permanecem consistentes com os exercícios anteriores e são apresentadas de acordo com (i) as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – “IASB”) e (ii) os Pronunciamentos Contábeis (CPCs) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Companhia aplicou as mesmas práticas e políticas contábeis desde a data de transição para o IFRS em 1º de janeiro de 2008.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

b.1) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Dos contratos que foram impactados pela norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia considerou os contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, nos quais consideramos as renovatórias com prazos de cinco anos e de acordo com a intenção da Companhia quanto a certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto que foi baseada na taxa de captação da Companhia (CDI + 1,6225%).

b.2) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Como consequência dos impactos por contabilidade de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 temos:

- A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;
- A demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da

taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda.

b.3) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Não há efeitos significativos de alterações em práticas contábeis da Companhia uma vez que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram adotadas práticas e políticas contábeis consistentes com os exercícios anteriores.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

c.1) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

O parecer dos Auditores Independentes foi emitido sem ressalvas, e elencou como principais assuntos de auditoria:

- projeções de resultados utilizadas na avaliação do valor recuperável do ágio e na realização de tributos diferidos;
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; e
- reconhecimento de receita de patrocínios e copatrocínios.

c.2) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

O parecer dos Auditores Independentes foi emitido sem ressalvas, e elencou como principais assuntos de auditoria, com exceção dos efeitos contábeis decorrentes da correção monetária aplicada às controladas na Argentina:

- projeções de resultados utilizadas na avaliação do valor recuperável do ágio e na realização de tributos diferidos;
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes;
- reconhecimento de receita de patrocínios e copatrocínios; e
- reconhecimento da correção Monetária do balanço para investimentos em economias hiperinflacionárias.

c.3) Referentes às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017:

O parecer dos Auditores Independentes foi emitido sem ressalvas, e elencou como principais assuntos de auditoria:

- projeções de resultados utilizadas na avaliação do valor recuperável do ágio e na realização de tributos diferidos;
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes; e
- reconhecimento de receita de patrocínios e copatrocínios.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As nossas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como observam às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na CVM, incorporando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As demonstrações financeiras consolidadas contidas nesta seção foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil que atendem aos pronunciamentos contábeis (CPCs) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A elaboração de nossas demonstrações financeiras requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e das estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas.

Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis, na opinião de nossos Diretores:

Investimentos em controladas

Ágio

Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRSs

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Redução ao valor recuperável de ativos

A administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Reconhecimento de receita

As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos. De acordo com as práticas contábeis historicamente adotadas para os contratos de naming rights, a apropriação é realizada linearmente durante o período do contrato, exceto por uma concentração maior no primeiro trimestre de vigência para fazer frente aos custos de readequação da casa.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

Receita de aluguel: A receita proveniente de aluguel de nossas casas de espetáculos para terceiros é reconhecida quando da utilização da casa.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”, equivalente ao CPC 32, o método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista

Constituímos provisões para riscos relacionadas a processos trabalhistas, tributários e cíveis em que estamos envolvidos, quando a possibilidade de perda é considerada provável por nossos assessores jurídicos. Tais provisões são constituídas em montante que nossa Administração acredita ser suficiente para fazer face a eventuais perdas nas instâncias administrativas e judiciais. Revisamos continuamente as estimativas e premissas que fundamentam as nossas provisões para contingências com base em novos fatos e circunstâncias, tais como decisões judiciais e alterações na legislação que possa afetar material e adversamente os nossos resultados operacionais e patrimônio líquido. Embora nossa administração acredite que nossas atuais provisões para contingências sejam adequadas, o resultado de um processo judicial pode envolver quantias que podem diferir das nossas estimativas, uma vez que o seu processo de determinação é inerentemente subjetivo. Para mais informações sobre processos judiciais e administrativos, ver item “4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes” deste Formulário de Referência.

Nos casos de riscos relativos a certas empresas que adquirimos, as responsabilidades anteriores às respectivas aquisições estão contratualmente atribuídas aos antigos sócios e acionistas, de maneira que não constituímos provisão. Entretanto, com relação ao vínculo com a empresa CIE Internacional, constituímos a provisão para contingências e reconhecemos como contas a receber em partes relacionadas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Possuímos cartas de fiança bancária, seguro fiança e contratos com patrocinadores.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não detemos outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.7. Com relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Considerando que os valores correspondentes ao arrendamento mercantil das casas que operamos são pré-estipulados por meio de contratos, os valores podem sofrer variações em função de índices que corrigem os contratos, geralmente corrigidos pelo IGP-M/FGV, que são vinculados a índices de correção de mercado.

b. Natureza e o propósito da operação

Mantemos contratos de arrendamento mercantil, pois, historicamente, temos uma baixa necessidade de investimentos em ativos imobilizados para a operação, uma vez que nossas casas de espetáculos são edificadas em propriedade de terceiros por meio de contratos de locação de longo prazo (de dez anos em média), com exceção do Teatro Ópera na Argentina, do qual somos proprietários.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Obrigações Assumidas:

- (i) Contratos de arrendamento: 31 de dezembro de 2019, a composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes é de R\$34,9 milhões, os quais serão pagos da seguinte forma:

<i>R\$ milhões</i>	Prazo total	1º ano	2º ao 5º ano	Acima de 5 anos
Contratos de Arrendamento	34,9	11,5	23,4	-

- (ii) Carta fiança e Seguro Fiança: em 31 de dezembro de 2019, possuíamos vigente o valor de R\$112,3 milhões, cujo objetivo envolve a garantia de aluguéis e determinados processos judiciais.

- (iii) Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido no processo judicial contra a Inspiração é de R\$36.634 para 31 de dezembro de 2019.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os nossos investimentos previstos estão associados à manutenção de nossas casas de espetáculos, melhorias na infraestrutura de TI e softwares e na aquisição de equipamentos que utilizamos na promoção de nossos eventos. Para o exercício de 2020 estão previstos investimentos de aproximadamente R\$6,7 milhões, sendo fonte de recursos para tal a própria geração de caixa das nossas operações e/ou nossa posição de caixa.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal parte dos nossos investimentos é financiada por nossa própria geração operacional de caixa, além dos recursos obtidos por meio da 3ª emissão de debêntures. Caso haja necessidade adicional, contrataremos empréstimos e financiamentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos previstos no plano de negócios da Companhia.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A T4F Entretenimento S.A comunicou em 2019 associação com a Popload, plataforma de música e cultura pop que apresenta conteúdo diário, shows e um festival anual. A associação ocorre por meio da aquisição do controle da sociedade detentora com exclusividade das marcas e dos direitos da realização do Popload Festival, além dos outros ativos relacionados, e reforça a estratégia da Companhia focada em festivais com potencial para geração de maior recorrência de receitas e resultados.

No exercício findo em dezembro de 2017 e 2018 não houve nenhuma aquisição que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável, uma vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados;

Não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Proposta de Destinação do Lucro Líquido

(anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

Conforme Ofício CVM/SEP nº 01 de 28 de fevereiro de 2013, item 2.4.2.a, as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

[O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco]

Informações sobre os indicados pela Administração da Companhia para composição do Conselho de Administração e Fiscal

(conforme os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

Nosso Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração será composto por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 9 (nove) membros, sendo que 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes. Caso a proposta de alteração na composição do Conselho de Administração seja aprovada na AGOE, a Companhia propõe a eleição do candidato indicado abaixo para ocupar o cargo vago.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Órgão Administração		Data de Eleição	Prazo de Mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado		Data de Posse	Eleito pelo Controlador
Galeno Augusto Jung 887.019.489-20 Não ocupa outros cargos.	38 Engenheiro	Membro do Conselho de Administração		22/07/2020 22/07/2020	Até AGO 2021 N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Galeno Augusto Jung - Graduado em Engenharia de Controle e Automação pela Universidade Federal de Santa Catarina, com Especialização em Finanças pelo Insper e MBA pelo INSEAD. Durante sua carreira, teve passagens relevantes em empresas como Embraco, Unibanco, Whirlpool e The Boston Consulting Group (BCG). Foi VP de Estratégia, Inovação, Marketing & Analytics no Grupo Fleury, onde trabalhou por 6 anos.
Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal na AGOE, observadas as formalidades previstas na lei e na regulamentação aplicável, a administração da Companhia propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 3 (três) membros efetivos e o mesmo número de suplentes, mediante a eleição dos seguintes membros:

CONSELHO FISCAL

Nome	Idade	Órgão Administração		Data de Eleição	Prazo de Mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado		Data de Posse	Eleito pelo Controlador
Flavio Stamm 048.241.708-00 Não ocupa outros cargos.	58 Contador e Administrador de Empresas	Conselho Fiscal – Membro Efetivo		22/07/2020 22/07/2020	até AGO 2021 N/A
Valdemir Marega Ferreira 006.660.448-64 Não ocupa outros cargos.	61 Contador e Advogado	Conselho Fiscal – Membro Efetivo		22/07/2020 22/07/2020	até AGO 2021 N/A
Selma del Pozzo 116.372.418-10 Não ocupa outros cargos.	51 Contadora e Advogada	Conselho Fiscal – Membro Efetivo		22/07/2020 22/07/2020	até AGO 2021 N/A
Paulo Henrique Laranjeira da Silva 219.991.717-72 Não ocupa outros cargos.	70 Contador	Conselho Fiscal – Membro Suplente		22/07/2020 22/07/2020	até AGO 2021 N/A
Raul Todão Filho 811.136.768-68 Não ocupa outros cargos.	64 Contador	Conselho Fiscal – Membro Suplente		22/07/2020 22/07/2020	até AGO 2021 N/A
Alexandre Augusto Abud 146.280.938-30 Não ocupa outros cargos.	45 Contador	Conselho Fiscal – Membro Suplente		22/07/2020 22/07/2020	até AGO 2021 N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Flavio Stamm - Formado em Administração de Empresas na Universidade São Marcos, Contabilista e com pós-graduação em Administração Financeira na Universidade São Marcos. É sócio da Stamm & Stamm Consultoria Empresarial Ltda., setor de consultoria; membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, organização do terceiro setor; Conselheiro Fiscal Titular na Companhia Industrial Cataguases, setor têxtil; Conselheiro Fiscal Suplente na Richard Saigh Indústria e Comércio S/A, setor alimentício; Conselheiro Fiscal Titular na Usina São Manoel S.A., setor sucroalcooleiro; Conselheiro Fiscal Suplente na Raia Drogasil S.A., setor de varejo farmacêutico; Conselheiro Fiscal Titular da Telefônica Brasil S/A, setor de telecomunicações; e Conselheiro Fiscal Titular da Energisa MT, setor energético. Foi Conselheiro Fiscal Titular e Suplente na Bombril S/A, setor de higiene e limpeza doméstica; Conselheiro Fiscal Titular da Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A, setor fonográfico; Conselheiro Fiscal Titular da Tereos Internacional S.A., setor sucroalcooleiro; Conselheiro Fiscal Titular e Suplente da Universo OnLine S.A., setor de informática; Conselheiro Fiscal Titular da Aquarius Energética S.A., setor energético; Conselheiro Fiscal Titular da Estância Sonora S.A., setor sucroalcooleiro; Conselheiro Fiscal Titular da CASP S.A., setor de agronegócio; Conselheiro Fiscal Titular da Rede Energia S.A., setor energético; Conselheiro Fiscal Titular da CEMAT S.A., setor energético. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Valdemir Marega Ferreira - Graduado em ciência contábeis em 1982 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e em Direito em 1987 pela Faculdade Metropolitana Unida (FMU), com 40 anos de experiência em consultoria empresarial, na área contábil, legislação societária, trabalhista previdenciária, comercial, aquisição, incorporação, fusão e cisão de empresa e planejamento tributário, atuou durante 16 anos na Price Waterhouse onde exerceu a função de sênior manager na área de consultoria tributária e empresarial tendo atuado como membro do conselho fiscal da T4F Entretenimento S.A. em 2012, gerente de controladoria da CCAB Agro.S.A. e é sócio da Marega Advocacia e Consultoria Empresarial.

Selma del Pozzo – Graduada em Ciências Contábeis em 1992 e em Direito em 2008 pela Universidade São Judas Tadeu, pós graduada em Administração Geral de Empresas em 1997 pela Unip, foi associada do escritório de advocacia PLKC Advogados (2009-2012) e é egressa de grandes e renomados escritórios de auditoria & consultoria e advocacia tais como Trevisan Auditores & Consultores, Braga & Marafon Advogados. Mais de 25 anos de experiência na consultoria contábil e tributária, atualmente está à frente de seu escritório Del Pozzo Consultores que atua nas áreas contábeis, tributária, outsourcing e apoio jurídico atendendo clientes de pequeno e médio portes. Foi controller das empresas da apresentadora de televisão Ana Maria Braga por cerca de seis anos e, atualmente, tem sob sua direção as áreas contábil e fiscal do estaleiro Okean do Brasil. Não possui condenação criminal ou administrativa que a impeça de exercer cargos de administração.

Paulo Henrique Laranjeira da Silva - Graduado em Ciências Contábeis. Trabalhou na empresa Energisa S/A durante 28 anos, foi Conselheiro Fiscal na Companhia Industrial Cataguases, Conselheiro Fiscal na Richard Saigh Ind. Com. S/A, membro titular no Conselho Deliberativo da EnergisaPrev Fundação Energisa de Previdência; membro da CANC – Comitê de Auditoria e Normas contábeis, órgão da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, Conselheiro Fiscal na Energisa Mato Grosso S/A Distribuidora de Energia e na sua holding Rede Energia S/A; membro suplente do Conselho Fiscal da ABRADE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica e da Richard Saigh Indústria e Comércio S/A.

Raul Todão Filho - Bacharel em Ciências Contábeis na Fundação Santo André. Trabalhou com processos judiciais no Fórum João Mendes Júnior da Capital do Estado de São Paulo, Fórum Regionais Cíveis de São Paulo, Varas das Famílias e Sucessões, Fórum da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outros; foi Assistente Técnico Contábil em processos Judiciais e de Arbitragem; Conselheiro Fiscal da empresa Norte Salineira S/A – Indústria e Comércio – Norsal; Conselheiro Fiscal na empresa Empreendimentos e Participações Finders S/A; Conselheiro Fiscal Suplente na Anhanguera Participações S/A e Conselheiro Fiscal suplente da Alphaville Urbanismo S/A.

Alexandre Augusto Abud - possui MBA pelo Insper, tendo sido gerente fiscal na PwC, advogado senior associado na CHOAI, PAIVA E JUSTO Advogados Associados, diretor fiscal no Grupo Folha - Universo Online, diretor na Macquarie Group, diretor na McDonald's Corporation, e atualmente é COO e sócio na Pão To Go Padaria Drive Thru.

12.7 Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Na presente data não possuímos nenhum comitê instalado.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

a. *administradores do emissor.*

Os membros de nosso Conselho de Administração e os membros da Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si.

b. *(i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas do emissor*

Os membros de nosso Conselho de Administração e os membros da Diretoria não mantêm qualquer relação familiar com os membros da Administração de nossas controladas.

c. *(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor*

Os membros de nosso Conselho de Administração e os membros da Diretoria não mantêm qualquer relação familiar com nossos acionistas controladores.

d. *(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor*

Os membros de nosso Conselho de Administração e os membros da Diretoria não mantêm qualquer relação familiar com os membros da Administração de nossas controladoras.

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

i. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia:

Em relação ao Sr. Fernando Luiz Alterio:

- T4F ALIMENTOS, BEBIDA E INGRESSOS LTDA

CNPJ/MF 04.514.644/0001-59

Relação: Controlada

Cargo / Função: Sócio e Diretor sem designação específica

- TIME FOR FUN MÍDIA LTDA

CNPJ/MF 02.861.670/0001-28

Relação: Controlada

Cargo / Função: Diretor sem designação específica

- METROPOLITAN EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF 02.861.670/0001-28

Relação: Controlada

Cargo / Função: Sócio e Diretor

Demais membros: não há.

ii. Controlador direto ou indireto da Companhia: Não há

iii. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não há

Informações Adicionais sobre a Remuneração dos Administradores

(conforme item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Buscamos compensar adequadamente a competência e o comprometimento de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de nossos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base, participação em nossos resultados (aprovado pelo Conselho de Administração e registrado em Acordo de PPR com o Sindicato em 22/10/2019) e, ainda, dependendo do cargo, bônus e plano de remuneração baseado em ações (plano de ações aprovado em Assembleia Geral da Companhia conforme deliberação em 16/04/2019 e aprovada em Conselho de Administração).

O objetivo de cada elemento da remuneração dos nossos administradores é incentivar o alinhamento de seus interesses com as nossas metas, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados. Ademais, por meio dos planos de remuneração baseados em ações, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos na Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com o desempenho de curto prazo e os resultados de longo prazo.

Por fim, os planos de remuneração baseado em ações visam alinhar os nossos executivos de alto nível com a nossa estratégia de longo prazo, através do empreendedorismo e engajamento, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, tornarem-se nossos acionistas, nos termos e condições previstos nos planos.

b. Composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

No mês subsequente à realização da AGO, os membros do Conselho de Administração farão jus a uma remuneração fixa mensal.

Diretoria:

Os membros da nossa Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa, composta por salário fixo mensal e benefícios diversos, tais como seguro de vida e assistência médica, e a uma remuneração variável, composta por incentivos de curto prazo (bônus) e incentivos de longo prazo (plano de remuneração baseado em ações).

Conselho Fiscal:

Em 26 de abril de 2018 a AGO votou pela instalação do Conselho Fiscal. A remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivale a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computados benefícios, planos de opção de ações, verbas de representação e participação nos resultados.

Comitês:

Em 2019 não foram implementados comitês, para 2020 está planejado a implementação de três comitês: Comitê de Inovação e Estratégia, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de Auditoria e Finanças.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Na tabela abaixo demonstramos a proporção de cada elemento na remuneração total, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	% em relação a remuneração total do valor pago a título de:			
	Remuneração base	Remuneração variável	Benefícios	Total
31 de dezembro de 2019				
Conselho de Administração	93,8%	0,0%	6,2%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria estatutária (i)	49%	45,8%	5,7%	100,0%

(i) os valores relacionados ao stock option (ganho baseado em ações) não foram considerados no preenchimento da tabela acima.

	% em relação a remuneração total do valor pago a título de:			
	Remuneração base	Remuneração variável	Benefícios	Total
31 de dezembro de 2018				
Conselho de Administração	94,6%	0,0%	5,4%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria estatutária (i)	53,0%	44,5%	2,6%	100,0%

(i) os valores relacionados ao stock option (ganho baseado em ações) não foram considerados no preenchimento da tabela acima.

	% em relação a remuneração total do valor pago a título de:			
	Remuneração base	Remuneração variável	Benefícios	Total
31 de dezembro de 2017				
Conselho de Administração	95,5%	0,0%	4,5%	100,0%
Diretoria estatutária (i)	65,2%	31,8%	3,0%	100,0%

(i) os valores relacionados ao stock option (ganho baseado em ações) não foram considerados no preenchimento da tabela acima.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

a) Diretoria estatutária:

Não há metodologia específica de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração dos administradores. Adotamos um modelo de remuneração que combina componentes fixos e variáveis, sendo: (i) Remuneração Fixa, calculada com base nas práticas de mercado, considerando as responsabilidades atribuídas aos cargos através de metodologia específica realizada por consultoria externa especializada em remuneração e (ii) Remuneração Variável,

calculada com base em resultados financeiros dos negócios da Companhia (EBITDA), no alcance de metas operacionais definidas para cada uma das áreas e no alcance de metas individuais. Tanto as metas operacionais quanto as individuais são fixadas anualmente. Os componentes da remuneração, fixos e variáveis, são comparados periodicamente com as práticas de mercado, de forma que possamos auferir a nossa competitividade. A combinação do resultado desta comparação com o desempenho dos executivos pode, eventualmente, resultar em reajuste da remuneração.

b) Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração do grupo de controle não são remunerados. Os demais membros do nosso Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa mensal que é determinada com base na remuneração de mercado, a partir de pesquisa realizada internamente na Companhia.

c) Conselho Fiscal:

Anteriormente a 2018, somente tivemos conselho fiscal no período de julho de 2012 a março de 2013. Durante este período os membros do nosso Conselho Fiscal fizeram jus apenas à remuneração fixa mensal, com base na remuneração de mercado, a partir de pesquisa realizada internamente na Companhia.

Em 26 de abril de 2018 a AGO votou pela instalação do Conselho Fiscal. A remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivale a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computados benefícios, planos de opção de ações, verbas de representação e participação nos resultados.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com o desempenho de curto prazo e os resultados de longo prazo.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Um membro do Conselho de Administração renunciou sua remuneração durante todo o exercício por opção própria.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para todos os nossos administradores da diretoria estatutária da Companhia, os indicadores de desempenho compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras que são fixadas anualmente quando da elaboração do nosso orçamento. A remuneração variável está diretamente atrelada a indicadores operacionais e financeiros e contém as metas definidas para o período, relacionadas a indicadores de desempenho tais como: EBITDA, geração de caixa e de receitas e gestão de custos e despesas.

Este item não se aplica ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos nossos administradores da diretoria estatutária da Companhia, está vinculada ao nosso desempenho no período em questão. As metas são estabelecidas por nosso Conselho de Administração e aplicadas a todos os executivos elegíveis. Cada meta tem sua variação monitorada mensalmente em relação ao indicador estabelecido e está diretamente relacionada a nosso desempenho no período avaliado.

Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos administradores, que compõe a diretoria estatutária da Companhia, a título de bônus, dependem da nossa evolução e do alcance de metas individuais dos nossos administradores.

Este item não se aplica ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

O formato da remuneração descrito acima procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos por nós desenvolvidos, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os interesses da Companhia, através das seguintes perspectivas:

No curto prazo: por meio da remuneração fixa, composta dos salários e pacote de benefícios compatíveis com os praticados pelo mercado;

No médio prazo: por meio do pagamento de bônus; e

No longo prazo: por meio da outorga de opções de compra de nossas ações aos membros de nossa administração.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer tipo de remuneração suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer tipo de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A companhia não possui órgãos e comitês instalados para este item.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A partir de 2018, a empresa contratou a consultoria SalibyRh para analisar, comparar e estruturar Cargo&Salários da companhia, comparando com o mercado. Através dessa análise, será possível a visualização da posição da remuneração fixa da companhia em relação às melhores práticas, e caso necessário, a devida nivelção.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Remuneração total prevista 2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	3,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	525.342,76	3.754.896,71	266.676,12	4.546.915,59
Benefícios direto e indireto	40.762,76	556.618,98		597.381,74
Participações em comitês				
Outros	105.068,55	750.979,34	53.335,22	909.383,12
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador		-
Remuneração variável				
Bônus				-
Participação de resultados				-
Participação em reuniões				-
Gratificação Extraordinária		2.000.000,00		2.000.000,00
Outros		400.000,00		400.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador		-
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações	-	650.000,00		650.000,00
Observação				
O NÚMERO DE MEMBROS TOTAL DE CADA ÓRGÃO CORRESPONDE A MÉDIA ANUAL DO NÚMERO DE MEMBROS DE CADA ÓRGÃO APURADO MENSALMENTE.				
Total da remuneração	671.174,07	8.112.495,04	320.011,34	9.103.680,46

Nota: a remuneração total proposta considera o valor máximo previsto da remuneração variável

Remuneração total do exercício social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4,08	3	14,08
Nº de membros remunerados	5	4,08	3	12,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	375.000,00	3.766.047,16	266.676,12	4.407.723,28
Benefícios direto e indireto	29.626,36	528.375,72	-	558.002,08
Participações em comitês				-
Outros	75.000,00	753.209,43	53.335,22	881.544,66
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador	-
Remuneração variável				
Bônus	-			-
Participação de resultados				-
Participação em reuniões				-
Gratificação Extraordinária		1.770.000,00		1.770.000,00
Outros		354.000,00		354.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador		-
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
		2.145.384,39		2.145.384,39
Observação				
O NÚMERO DE MEMBROS TOTAL DE CADA ÓRGÃO CORRESPONDE A MÉDIA ANUAL DO NÚMERO DE MEMBROS DE CADA ÓRGÃO APURADO MENSALMENTE.				
Total da remuneração	479.626,36	9.317.016,71	320.011,34	10.116.654,41

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,17	2,00	12,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,17	2,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	300.000,00	2.950.719,58	181.487,91	3.432.207,49
Benefícios direto e indireto	20.636,66	171.280,29		191.916,95
Participações em comitês				-
Outros	60.000,00	590.143,91	36.297,58	686.441,49
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador	-
Remuneração variável				
Bônus		2.477.813,31		2.477.813,31
Participação de resultados				-
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros		495.562,66		495.562,66
Descrição de outras remunerações variáveis		Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador		-
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações		863.438		863.438,00
Observação	O NÚMERO DE MEMBROS TOTAL DE CADA ÓRGÃO CORRESPONDE A MÉDIA ANUAL DO NÚMERO DE MEMBROS DE CADA ÓRGÃO APURADO MENSALMENTE.			
Total da remuneração	380.636,66	7.548.957,75	217.785,49	8.147.379,90

Nota: a remuneração total proposta considera o valor máximo previsto da remuneração variável

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,67	-	8,67
Nº de membros remunerados	3,00	3,67	-	6,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	350.000,10	3.381.585,67		3.731.585,77
Benefícios direto e indireto	19.779,07	186.536,96		206.316,03
Participações em comitês				-
Outros	70.000,02	668.983,80		738.983,82
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador	Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador		-
Remuneração variável				
Bônus		1.644.779,58		1.644.779,58
Participação de resultados				-
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros		328.955,92		328.955,92
Descrição de outras remunerações variáveis		Outros: o valor total corresponde somente às contribuições para o INSS, ônus do empregador		-
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações		679.000,00		679.000,00
Observação O NÚMERO DE MEMBROS TOTAL DE CADA ÓRGÃO CORRESPONDE A MÉDIA ANUAL DO NÚMERO DE MEMBROS DE CADA ÓRGÃO A PURA DO MENSALMENTE.				
Total da remuneração	439.779,19	6.889.841,93	-	7.329.621,12

Nota: a remuneração total proposta considera o valor máximo previsto da remuneração variável

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Praticamos o pagamento de Bônus, sendo utilizada a denominação de remuneração variável, que estão apresentadas nas nossas Demonstrações Financeiras como Remuneração dos Administradores. Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem remuneração variável.

Demonstrativo da Remuneração Variável dos Membros da Diretoria Estatutária:

	2017	2018	2019	2020
Nº total de membros	3,67	3,17	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,67	3,17	5,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	3.504.941,47	3.870.451,14	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	6.444.546,77	6.524.474,78	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, casos as metas estabelecidas fossem atingidas	5.007.059,25	5.529.215,91	4.088.899,70	3.455.277,29
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais (Bônus + INSS)	1.973.735,50	2.973.375,97	2.124.000,00	Exercício em andamento

Nota: Os valores referentes a 2020 são estimados, e estão sujeitos a alterações e à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

a) Termos e Condições Gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da T4F ENTRETENIMENTO S.A. (“Companhia”), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de setembro de 2007 e posteriormente ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011 e alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 (“Plano”) estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76, o qual tinha vigência até 1º de maio de 2015. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2015 houve prorrogação da vigência do Plano para até 1º de maio de 2020. Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2019, houve aprovação da antecipação de todas as opções não exercidas à época e sua liquidação em dinheiro, de modo que atualmente não existem mais opções em aberto.

• Beneficiários Elegíveis

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“Beneficiários”).

• Administração do Plano

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto (“Comitê”).

Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, sendo um deles necessariamente membro do Conselho de Administração da Companhia e os demais, eleitos pelo Conselho de

Administração. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo:

- (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano;
- (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários;
- (c) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e
- (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

b) Principais Objetivos do Plano

O Plano tem por objetivo permitir que administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter como colaboradores os Beneficiários.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento de opções de compra de ações ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A nossa política de remuneração, onde o Plano está inserido, busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para a Companhia e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores com os da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos e condições que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f) Número máximo de ações abrangidas

Ver item “g”, abaixo.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

A totalidade das opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda 5% (cinco por cento) das ações do capital da Companhia existentes a qualquer tempo durante a vigência do Plano, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

h) Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração, periodicamente, fixará o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício de cada opção e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários (“Contrato de Opção”), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de opções de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício das opções de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício das opções, bem como impor restrições à transferência das ações de emissão da Companhia adquiridas com o exercício das opções de compra de ações, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações de emissão da Companhia, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem

necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção deverá comunicar a Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação que é parte integrante dos Contratos de Opção.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê (conforme o caso) fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, respeitado o preço mínimo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da média da cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (atual B3), ponderada pelo volume de negociação, nos 30 (trinta) últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com índice a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

Excepcionalmente, o preço de exercício estabelecido no item acima poderá, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de (conforme o caso), ser fixado no mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da média da cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (atual – B3), ponderada pelo volume de negociação, nos 30 (trinta) últimos pregões que antecederem a outorga, desde que as opções outorgadas sob tais condições não ultrapassem 20% (vinte por cento) do total de opções abrangidas pelo Plano.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício será estipulado em cada Contrato de Opção celebrado nos termos do Plano, observando-se os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

A parcela da opção não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Nenhum Beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma ação será entregue ao titular em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

k) Forma de liquidação

As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações de emissão da Companhia ou em dinheiro a critério da Companhia com anuência dos participantes, conforme definido em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2019.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria. Na hipótese de pagamento em dinheiro, cada opção outorgada dá direito à entrega ao participante do valor correspondente à diferença positiva entre (x) o preço de cotação das ações da Companhia na data de exercício das opções pelos participantes, e (y) o Preço de Exercício (conforme termo definido no Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações) celebrado com cada participante do Plano, líquido da retenção de tributos devidos.

A Companhia informará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação do Beneficiário de sua intenção de exercer sua opção de ações, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

l) Restrições à transferência de ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção, bem como impor restrições à transferência das ações de emissão da Companhia adquiridas com o exercício das opções de compra de ações, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações de emissão da Companhia, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Suspensão: O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação das ações por parte dos Beneficiários.

Alteração: O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano, desde que não altere seus princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços, ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou por aposentadoria: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias

contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(d) desligar-se da Companhia por invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento permanecerão inalterados, podendo ser exercidos normalmente, nos termos do Contrato;

(e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros ou o representante legal do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros ou pelo representante legal do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES

a) Termos e Condições Gerais

O Plano de Outorga de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2020 (“Plano”), estabelece as condições gerais de outorga de ações de emissão da Companhia a administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle.

O Plano prevê dois tipos diferentes de programas que poderão ser aprovados pelo Conselho de Administração. O primeiro tipo programa exige o investimento de percentual do bônus anual líquido recebido pelo beneficiário (incentivo de curto prazo) (“Verbas Autorizadas”) na aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações Próprias”), como condição para que a Companhia outorgue Ações de Matching (“Programa de Matching”). O segundo tipo de programa não exige o investimento de Verbas Autorizadas em Ações Próprias e a Companhia outorgará Ações Restritas, observados os termos e condições a serem previstos nos respectivos programas e contratos de outorga (“Programa de Ações Restritas” e, em conjunto com o Programa de Matching, “Programas”).

- **Beneficiários Elegíveis**

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores ou empregados pertencentes aos níveis de diretoria e gerência da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia (“Beneficiários”).

- **Administração do Plano**

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Obedecidas as condições gerais do Plano, o Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes para, com a devida observância das disposições legais, praticar todos os atos reputados necessários e convenientes à administração do Plano e dos Programas, inclusive:

- (a) a criação de Programas e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas e/ou Ações de Matching;
- (b) a aprovação dos Beneficiários e a autorização para outorgar Ações Restritas e/ou Ações de Matching em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas e/ou Ações de Matching a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;
- (c) a autorização para alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas e/ou Ações de Matching, nos termos do Plano, Programas e da ICVM 567 ou, na hipótese de não haver ações em tesouraria, liquidar a obrigação de entrega das Ações Restritas e/ou Ações de Matching em dinheiro;
- (d) tomar quaisquer providências necessárias para a administração deste Plano e respectivos Programas, incluindo a aprovação dos Contratos de Outorga a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários; e
- (e) imposição de restrições às Ações Restritas e/ou Ações de Matching, tais como períodos de vedação a negociação de ações.

O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do Conselho de Administração da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

- b) Principais Objetivos do Plano**

O Plano tem por objetivo conceder aos Beneficiários aprovados pelo Conselho de Administração a oportunidade de receber Ações Restritas e/ou Ações de Matching, de modo a promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos Beneficiários e os interesses dos acionistas da Companhia; e (b) o estímulo da permanência dos Beneficiários na

Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores tornem-se acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, após cumprimento de condições de permanência e/ou investimento na Companhia, espera-se que estes tenham fortes incentivos de permanecer na Companhia e de comprometer-se efetivamente com a criação de valor no longo prazo, exercendo suas funções de maneira a integrar-se aos interesses da Companhia, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento desta, maximizando, assim, seus lucros.

Ademais, ao possibilitar a vinculação do direito às Ações Restritas e/ou Ações de Matching ao cumprimento de metas de performance da Companhia, acredita-se que os beneficiários serão incentivados a buscar o atingimento das metas da Companhia, maximizando, assim, seus lucros.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano alinha os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses de longo prazo da Companhia, uma vez que busca fortalecer a visão e comprometimento de longo prazo do executivo, gerando valor e resultados sustentáveis para a Companhia no curto, médio e longo prazo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores com os da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos e condições que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f) Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito do Plano, ações representativas de, no máximo 10% (dez por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável. O Plano não prevê a entrega de opções.

h) Condições de aquisição de ações

Sem prejuízo de outras condições que venham a ser estabelecidas nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, nos Programas de Matching o direito dos Beneficiários de efetivamente receber a titularidade das Ações de Matching ficará sujeito ao atendimento das condições a seguir: (i) o Beneficiário deverá permanecer continuamente prestando serviços à companhia ou suas sociedades controladas a partir da data de outorga até os períodos de carência a serem indicados em cada um dos Programas de Matching e respectivos Contratos de Outorga; e (ii) o Beneficiário deverá manter a plena titularidade de todas as Ações Próprias, conforme períodos de restrição a serem indicados em cada um

dos Programas de Matching e respectivos dos Contratos de Outorga, sem qualquer interrupção e sem o direito de vender, transferir e/ou negociar as referidas Ações Próprias.

Além disso, a quantidade de Ações de Matching que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário poderá variar conforme (i) o percentual das Verbas Autorizadas investido pelo Beneficiário; e (ii) o atingimento, pela Companhia, de determinadas métricas de desempenho pautadas em um indicador de retorno total ao acionista da Companhia (“TSR”), conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas de Matching e respectivos Contratos de Outorga.

Por sua vez, nos Programas de Ações Restritas, observadas as demais condições estabelecidas nos respectivos Programas de Ações Restritas e respectivos Contratos de Outorga, o direito do Beneficiário de efetivamente receber a titularidade das Ações Restritas ficará condicionado à contínua prestação de serviços pelo Beneficiário à Companhia ou suas sociedades controladas a partir da Data de Outorga até o período de carência a ser indicado em cada um dos Programas de Ações Restritas e respectivos Contratos de Outorga.

Além disso, o Conselho de Administração também poderá estabelecer nos Programas de Ações Restritas que a quantidade de Ações Restritas que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário variará conforme o atingimento, pela Companhia, determinadas métricas de desempenho pautadas no TSR da Companhia, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas de Ações Restritas e respectivos contratos de outorga.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas de Ações Restritas e/ou Programas de Matching, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. O Plano estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas de Ações Restritas e/ou Programas de Matching, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício, conforme exposto no item “l” acima.

k) Forma de liquidação

Não aplicável. Como mencionado acima, não haverá a entrega de opções no âmbito do Plano.

Com o propósito de satisfazer a outorga das Ações Restritas e/ou Ações de Matching, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da Instrução CVM 567/2015. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das Ações Restritas e/ou Ações de Matching em dinheiro. Em ambos os casos, a Companhia descontará e reterá quaisquer impostos aplicáveis.

l) Restrições à transferência de ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições às Ações Restritas e/ou Ações de Matching, tais como períodos de vedação a negociação de ações.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Suspensão: Não aplicável.

Alteração: O Plano poderá ser alterado caso se verifique qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais do Plano.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas e/ou Ações de Matching a ele conferidas de acordo com este Plano poderão ser extintas ou modificadas, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos Programas.

13.5. Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Nos termos da Ata da Reunião do Conselho de Administração de **16 de abril de 2019**, foi aprovada a ampliação da forma de liquidação das opções outorgadas no âmbito do Plano, de modo que o exercício das opções pelos participantes do Plano pudesse também ser liquidado em caixa, a critério da Companhia mediante anuência dos participantes. Neste caso, o exercício das opções não seria liquidado mediante a entrega de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, mas sim em caixa. O pagamento, nesse caso, seria realizado em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira no dia **30 de abril de 2019** e a segunda no dia **30 de abril de 2020**, desde que, em qualquer caso, o participante do plano permanecesse vinculado como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia até a data do respectivo pagamento.

Remuneração baseada em ações:

Qtde Ações	Total - R\$	abril-19	abril-20
1.354.750	3.610.833	1.805.417	1.805.417

A administração irá submeter à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2020, um novo Plano de Ações Restritas, com parcela variável que considere a flutuação da cotação das ações da Companhia em 2019. Mediante essas informações, a Companhia efetuou a constituição das provisões, utilizando cálculos com base nos modelos “Monte Carlo” e “Black Scholes”, com efeito no resultado de R\$ 1.261 para o plano de ações restritas e R\$ 885 pelo Plano de Opções de Compra de Ações.

13.6. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária

Nos termos da Ata da Reunião do Conselho de Administração de 16 de abril de 2019 o programa foi encerrado.

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Nos termos da Ata da Reunião do Conselho de Administração de 16 de abril de 2019 o programa foi encerrado.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens “13.5” a “13.7”, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, por nós emitidos, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão:

As participações abaixo são aquelas detidas por membros do nosso Conselho de Administração e da nossa diretoria estatutária em ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas por nós, nossos controladores, diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, sendo que não há participações detidas por tais membros de nossa administração em outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas de tais sociedades:

T4F Entretenimento S.A.		
Acionistas	Quantidade de Ações	Porcentagem (%)
Em 28 de fevereiro de 2019		
Conselho de Administração	28.204.393	41,78%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Diretoria	0	0,00%
Total	28.204.393	41,78%

F.A. Comércio e Participações S.A.		
Acionistas	Quantidade de Ações	Porcentagem (%)
Em 28 de fevereiro de 2019		
Conselho de Administração	13.526.617	50,15%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Diretoria	0	0,00%
Total	13.526.617	50,15%

Metropolitan Empreendimentos S.A.

Acionistas	Quantidade de Ações	Porcentagem (%)
Em 28 de fevereiro de 2019		
Conselho de Administração	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Diretoria	1	0,01%
Total	1	0,01%

T4F Alimentos e Bebidas Ltda.

Acionistas	Quantidade de Ações	Porcentagem (%)
Em 28 de fevereiro de 2019		
Conselho de Administração	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Diretoria	1	0,01%
Total	1	0,01%

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não há planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020			
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2020</u>
Nº de membros	5,00	3,00	4,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	4,00
Menor Remuneração	16.000,00	88.892,04	214.830,00
Maior Remuneração	128.000,00	88.892,04	1.440.191,97
Média	151.587,59	88.892,04	1.740.378,92

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
	<u>2019</u>	<u>2019</u>	<u>2019</u>
Nº de membros	7,00	3,00	4,08
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	4,08
Menor Remuneração	75.000,00	88.892,04	339.564,56
Maior Remuneração	179.626,36	88.892,04	2.574.593,46
Média	95.925,27	88.892,04	1.543.458,25

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
	<u>2018</u>	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Nº de membros	5,00	2,00	3,17
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	3,17
Menor Remuneração	75.000,00	60.495,97	75.973,87
Maior Remuneração	170.636,66	60.495,97	4.225.328,25
Média	106.878,89	60.495,97	1.384.747,99

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2017</u>
Nº de membros	5,00	-	3,67
Nº de membros remunerados	3,00	-	3,67
Menor Remuneração	100.000,00	-	777.598,89
Maior Remuneração	179.052,29	-	5.384.546,77
Média	123.259,72	-	1.421.700,60

Nota:
Conselho
fiscal iniciado
em abr, 18.

Nota:
Conselho
fiscal
encerrado em
mar, 13.

Observação:

Observações	
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
31/12/2019	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses em nossa Companhia.
31/12/2018	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses em nossa Companhia.
31/12/2017	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses em nossa Companhia.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
31/12/2019	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses em nossa Companhia.
31/12/2018	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses em nossa Companhia.
31/12/2017	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses em nossa Companhia.
CONSELHO FISCAL	
31/12/2019	Os membros do Conselho fiscal que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses em nossa Companhia.
31/12/2018	Conselho Fiscal iniciou em maio de 2018 com 3 membros. Considerando-se o cálculo proporcional temos 2 Conselheiros. Todos os Conselheiros receberam o mesmo valor de remuneração.
31/12/2017	Não havia Conselho Fiscal instalado.

13.12. Consequências financeiras para a Companhia sobre arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:

a) A companhia tem contratado uma apólice de seguro de vida em grupo onde o capital segurado corresponde a 24 vezes o pró-labore mensal de cada administrador, limitado ao capital máximo de R\$ 1 milhão.

b) A Companhia mantém vigente seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O), que tem por objetivo garantir aos seus administradores, assim como aos administradores de suas subsidiárias, nos termos da apólice, o pagamento ou o reembolso de despesas na hipótese do patrimônio pessoal de tais administradores ser atingido por imputação de responsabilidade pessoal, direta, solidária ou subsidiária em decorrência de processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitando, àqueles de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, ou devido à desconsideração da personalidade jurídica, relacionadas às atividades do emissor e/ou de suas subsidiárias, assim como em decorrência de qualquer reivindicação escrita ou processo judicial cível, administrativo, regulatório ou arbitral relacionado ao descumprimento de leis ou normativos federais, estaduais e/ou municipais, ou normas estrangeiras ou ainda regulatórias ou de valores mobiliários. A atual apólice prevê limite máximo de indenização de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sujeito a sublimites e franquias específicas para cada cobertura contratada. O valor do prêmio do seguro de responsabilidade civil para os administradores, quitado em 01/03/2020 com vigência até 30/08/2020, foi de R\$ 60.151,59 (Sessenta mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos) incluído o IOF.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Orgão (%)	2017	2018	2019	2020
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria	43,9	50,1	40,5	45,0
Conselho Fiscal	-	-	-	-

13.14. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebido por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há qualquer valor reconhecido no resultado da Companhia como remuneração do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária que não estejam relacionados as funções que os membros ocupam nos órgãos.

13.15. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos e indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Não há quaisquer valores pagos a título de remuneração a membros de nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de nossas controladas, nos últimos três exercícios sociais.

13.16. Outras informações relevantes

Entendemos que nos itens anteriores prestamos todas as informações relevantes referentes a remuneração dos administradores da Companhia.

ANEXO I: PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES

O presente Plano de Outorga de Ações é regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável.

1. Definições

1.1. As expressões abaixo, quando usadas aqui com iniciais em maiúscula, terão os significados a elas atribuídos a seguir, salvo se expressamente previsto em contrário:

“Ações de Matching” significam as ações ordinárias de emissão da Companhia, negociadas na B3 S.A. sob o código SHOW3, outorgadas aos Beneficiários no âmbito dos Programas de Matching, de acordo com os termos e condições previstos no presente Plano;

“Ações Próprias” significam as ações ordinárias de emissão da Companhia, negociadas na B3 S.A. sob o código SHOW3, adquiridas pelos Beneficiários com as Verbas Autorizadas diretamente na B3 S.A. em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento das Verbas Autorizadas pelos Beneficiários, e integralmente mantidas sob plena e legítima titularidade e propriedade dos Beneficiários por todo o período de restrição a ser aprovado pelo Conselho de Administração e previsto no Programa e Contrato de Outorga, sob sua exclusiva conta e risco;

“Ações Restritas” significam as ações ordinárias de emissão da Companhia, negociadas na B3 S.A. sob o código SHOW3, outorgadas aos Beneficiários no âmbito dos Programas de Ações Restritas, de acordo com os termos e condições aqui previstos;

“Beneficiários” significam os administradores e empregados pertencentes aos níveis de diretoria e gerência aprovados pelo Conselho de Administração para participarem do Plano e que manifestaram a vontade de aderir ao presente Plano e ao respectivo Programa mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, em favor dos quais a Companhia outorgará, sujeito às condições previstas neste Plano e respectivo Programa e Contrato de Outorga, Ações Restritas e/ou Ações de Matching;

“B3 S.A.” significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

“Companhia” significa a T4F Entretenimento S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 17.995, Santo Amaro, CEP 04795-100, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.860.694/0001-62;

“Conselho de Administração” significa o Conselho de Administração da Companhia;

“Contratos de Outorga” significam os instrumentos particulares de outorga de Ações de Matching e/ou Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, por meio dos quais a Companhia outorgará Ações Restritas e/ou Ações de Matching aos Beneficiários;

“Data de Outorga” significa, salvo se de outra forma expressamente previsto nos Contratos de Outorga, a data de assinatura dos Contratos de Outorga;

“Desligamento” significa o término da relação jurídica entre os Beneficiários e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo, incluindo, sem limitação, a renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria acordada com a Companhia, invalidez permanente ou falecimento;

“Desligamento com Causa” significa qualquer ato ou fato que extinga a relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia (i) por justa causa, nos casos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de acordo com a redação em vigor por ocasião do Desligamento, ou em decorrência dos atos descritos nas alíneas (a) a (f) abaixo, em relação a

Beneficiários que não sejam empregados da Companhia: (a) violação dos deveres e atribuições de administrador, tais como os previstos nos arts. 153 a 157 da Lei 6.404/76; (b) desídia do Beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (c) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (d) a prática, pelo Beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; (e) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; e (f) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário celebrado pelo Beneficiário com a Companhia e/ou com as sociedades sob o seu controle, se aplicável; ou ainda o descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis.

“ICVM 567” significa a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567, de 17 de setembro de 2015;

“Plano” significa o presente Plano de Outorga de Ações;

“Programa(s)” significa os programas periódicos para a outorga de Ações Restritas e Ações de *Matching* criados, aprovados e/ou cancelados pelo Conselho de Administração;

“TSR” significa o “*Total Shareholder Return*”, indicador de retorno total ao acionista, apurado a partir da cotação das ações de emissão da Companhia durante o respectivo período de carência, acrescido dos dividendos e/ou juros sobre capital por ação pagos pela Companhia durante o respectivo período de carência, com a premissa de que os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão reinvestidos na própria Companhia, conforme parâmetros e condições de cálculo definidos pelo Conselho de Administração no respectivo Programa; e

“Verbas Autorizadas” significa percentual do bônus anual líquido recebido pelo Beneficiário (incentivo de curto prazo) definido no Programa, que poderá ser utilizado, a critério do Beneficiário, na aquisição de Ações Próprias, como condição para o recebimento de Ações de Matching.

2. Objetivos do Plano

2.1. O Plano tem por objetivo permitir a concessão aos Beneficiários aprovados pelo Conselho de Administração a oportunidade de receber Ações Restritas e/ou Ações de Matching, sujeitas ao cumprimento das condições previstas em cada Programa e Contrato de Outorga, de modo a promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos Beneficiários e os interesses dos acionistas da Companhia; e (b) o estímulo da permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

3. Beneficiários

3.1. O Conselho de Administração definirá, em cada Programa, os Beneficiários que terão o direito de participar do Plano e de receber Ações Restritas e/ou Ações de Matching, observados os termos e condições aqui estabelecidos.

4. Administração do Plano

4.1. O Plano e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração ou por comitê indicado pelo Conselho de Administração.

4.2. Observadas as condições gerais do Plano, o Conselho de Administração terá amplos poderes para, com a devida observância das disposições legais, praticar todos os atos reputados necessários e convenientes à administração do Plano e dos Programas, inclusive:

- (a) a criação de Programas e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas e/ou Ações de Matching;

- (b) a aprovação dos Beneficiários e a autorização para outorgar Ações Restritas e/ou Ações de Matching em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas e/ou Ações de Matching a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;
- (c) a autorização para alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas e/ou Ações de Matching, nos termos do Plano, Programas e da ICVM 567 ou, na hipótese de não haver ações em tesouraria, liquidar a obrigação de entrega das Ações Restritas e/ou Ações de Matching em dinheiro;
- (d) tomar quaisquer providências necessárias para a administração deste Plano e respectivos Programas, incluindo a aprovação dos Contratos de Outorga a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários; e
- (e) imposição de restrições às Ações Restritas e/ou Ações de Matching, tais como períodos de vedação a negociação de ações.

4.3. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Beneficiários que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

4.4. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia em relação a qualquer matéria referente ao Plano e aos Programas.

5. Outorga de Ações Restritas e Ações de Matching

5.1. O Conselho de Administração da Companhia aprovará, em cada Programa, o número de Ações Restritas e Ações de Matching a serem outorgadas, os Beneficiários eleitos bem como os termos e condições para a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas e às Ações de Matching.

5.2. A outorga de Ações Restritas e/ou Ações de Matching, conforme aplicável, será formalizada por meio da celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários.

5.3. A transferência efetiva das Ações Restritas e das Ações de Matching aos Beneficiários somente ocorrerá quando do atendimento das condições e dos termos previstos no presente Plano, nos Programas e nos Contratos de Outorga, conforme aplicável. Até a data em que a titularidade das Ações Restritas e das Ações de Matching seja efetivamente transferida aos Beneficiários nos termos de cada Programa e Contrato de Outorga, os Beneficiários não terão nenhum direito ou prerrogativa na qualidade de acionistas da Companhia com relação a tais Ações Restritas ou Ações de Matching, em especial o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas e/ou Ações de Matching.

5.4. O Conselho de Administração poderá aprovar dois tipos diferentes de Programas, a seu critério. O primeiro tipo Programa exigirá o investimento de Verbas Autorizadas pelo Beneficiário em Ações Próprias, como condição para que a Companhia outorgue Ações de Matching (“Programa de Matching”). O segundo tipo de Programa não exigirá o investimento de Verbas Autorizadas em Ações Próprias e a Companhia outorgará Ações Restritas, observados os termos e condições aqui previstos (“Programa de Ações Restritas”).

5.5. Sem prejuízo de outras condições que venham a ser estabelecidas nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, nos Programas de Matching o direito dos Beneficiários de efetivamente receber a titularidade das Ações de Matching ficará sujeito ao atendimento das condições a seguir: (i) o Beneficiário deverá permanecer continuamente prestando serviços à Companhia ou suas sociedades controladas a partir da Data de Outorga até os períodos de carência a serem indicados em cada um dos Programas de Matching e respectivos Contratos de Outorga; e (ii) o Beneficiário deverá manter a plena titularidade de todas as Ações Próprias, conforme períodos de restrição a serem indicados em cada um dos Programas de Matching e respectivos dos Contratos de Outorga, sem qualquer interrupção e sem o direito de vender, transferir e/ou negociar as referidas Ações Próprias.

5.5.1 A quantidade de Ações de Matching que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário poderá variar conforme (i) o percentual das Verbas Autorizadas investido pelo Beneficiário; e (ii) o atingimento, pela Companhia, de determinadas métricas de desempenho pautadas no TSR da Companhia, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas de Matching e respectivos Contratos de Outorga.

5.6. Nos Programas de Ações Restritas, o Beneficiário não precisará investir Verbas Autorizadas na aquisição de Ações Próprias e, observadas as demais condições estabelecidas nos respectivos Programas de Ações Restritas e respectivos Contratos de Outorga, o direito do Beneficiário de efetivamente receber a titularidade das Ações Restritas ficará condicionado à contínua prestação de serviços pelo Beneficiário à Companhia ou suas sociedades controladas a partir da Data de Outorga até o período de carência a ser indicado em cada um dos Programas de Ações Restritas e respectivos Contratos de Outorga.

5.6.1. O Conselho de Administração poderá estabelecer nos Programas de Ações Restritas que a quantidade de Ações Restritas que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário variará conforme o atingimento, pela Companhia, determinadas métricas de desempenho pautadas no TSR da Companhia, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas de Ações Restritas e respectivos Contratos de Outorga.

5.7. A Companhia descontará e reterá quaisquer impostos aplicáveis quando da efetiva entrega das Ações Restritas ou das Ações de Matching, podendo a Companhia reter uma parcela do número total de Ações Restritas ou de Ações de Matching a serem entregues nos termos dos respectivos Programas proporcionalmente ao impacto relativo dos impostos aplicáveis ou conforme reputado conveniente e adequado para o cumprimento dos requisitos legais.

5.8. A Companhia entregará ações em tesouraria para satisfazer a entrega das Ações Restritas ou das Ações de Matching nos termos do Plano. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das Ações Restritas ou das Ações de Matching em dinheiro, ocasião em que a Companhia descontará e reterá quaisquer impostos aplicáveis quando da referida liquidação em dinheiro.

6. Ações Sujeitas ao Plano

6.1. Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, ações representativas de, no máximo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia nesta data o qual poderá ser ajustado nos termos da Cláusula 10.2 deste Plano.

6.2. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas e/ou Ações de Matching nos termos deste Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, transferirá as ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567, reduzindo-se a quantidade de Ações Restritas e/ou Ações de Matching a ser entregue ao Beneficiário para fins de retenção de tributos nos termos Cláusula 5.7 acima.

6.3. As Ações Restritas e/ou Ações de Matching efetivamente transferidas aos Beneficiários nos termos deste Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvada eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

7. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

7.1. Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas e/ou Ações de Matching a ele conferidas de acordo com este Plano poderão ser extintas ou modificadas, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos Programas.

8. Eventos Societários

8.1. Os Programas poderão prever condições de antecipação das outorgas de Ações de Matching ou Ações Restritas na hipótese de alteração do controle da Companhia.

9. Prazo de Vigência do Plano

9.1. O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por um prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sendo certo que as outorgas de Ações Restritas e/ou Ações de Matching realizadas anteriormente à extinção do Plano permanecerão em vigor.

10. Disposições Gerais

10.1. A outorga de Ações Restritas e/ou Ações de Matching nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. Nestes casos, deverá ser respeitado o Plano, cabendo ao Conselho de Administração avaliar se será necessário realizar qualquer ajuste no Plano ou Programas, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

10.2. Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes no Plano e respectivos Programas, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

10.3. Este Plano, os Programas e os Contratos de Outorga correlatos (i) não criam outros direitos além daqueles expressamente previstos em seus próprios termos, (ii) nem conferem estabilidade nem garantia de emprego ou de permanência na condição de diretor, administrador ou empregado da Companhia, (iii) nem prejudicam o direito da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle de, a qualquer tempo e conforme o caso, rescindir o contrato de trabalho ou de encerrar o mandato ou o relacionamento com o Beneficiário, (iv) nem tampouco asseguram o direito de reeleição ou recondução a funções na Companhia ou em outras sociedades sob o seu controle.

10.4. Cada Beneficiário interessado em aderir ao presente Plano e respectivos Programas deverá fazê-lo expressamente ao celebrar o Contrato de Outorga.

10.5. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais deste Plano poderá levar à revisão integral deste Plano.

10.6. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral.

* * * * *

ANEXO II: Informações Indicadas no Anexo 13 da Instrução CVM 481/09 com Relação ao Plano de Outorga de Ações**1. Fornecer cópia do plano proposto**

A cópia do Plano de Outorga de Ações segue como Anexo 1 à presente proposta.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:**a. Potenciais beneficiários**

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano de Outorga de Ações, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, administradores ou empregados pertencentes aos níveis de diretoria e gerência da Companhia, conforme detalhado no item “d” abaixo.

b. Número máximo de opções a serem entregues

Não aplicável. O Plano de Outorga de Ações não prevê a entrega de opções.

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito do Plano de Outorga de Ações, ações representativas de, no máximo 10% (dez por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano de Outorga de Ações, conforme detalhado no item “d” abaixo.

d. Condições de aquisição

No âmbito do Plano de Outorga de Ações, o Conselho de Administração tem a intenção de aprovar dois tipos diferentes de programas, conforme abaixo descritos.

O primeiro tipo programa exigirá o investimento de percentual do bônus anual líquido recebido pelo beneficiário (incentivo de curto prazo) (“Verbas Autorizadas”) na aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações Próprias”), como condição para que a Companhia outorgue ações de matching (“Programa de Matching”). O Programa de Matching será regido conforme condições específicas mencionadas abaixo:

- **Beneficiários:** Serão elegíveis, desde que aprovados pelo Conselho de Administração, pessoas chave para a Companhia, dentre diretores e gerentes;
- **Verbas Autorizadas e Quantidade de Ações de Matching:** Uma quantidade alvo de Ações de Matching (“Quantidade Alvo de Ações de Matching”) será outorgada ao Beneficiário, que variará conforme o percentual das Verbas Autorizadas investidas pelo executivo na aquisição de Ações Próprias, conforme abaixo.

Investimento do Executivo (Valor líquido em R\$)	Índice de Matching
25% das Verbas Autorizadas	100%
33% das Verbas Autorizadas	150%
50% das Verbas Autorizadas	200%

- A Quantidade Alvo de Ações de Matching não representa, necessariamente, a quantidade final e efetiva a que o Beneficiário fará jus mediante o cumprimento das condições para aquisição do direito ao recebimento das Ações de Matching, uma vez que satisfeitas as condições para o recebimento das Ações de Matching a quantidade final e efetiva a ser recebida pelo Beneficiário dependerá do percentual de atingimento das métricas de desempenho da Companhia pautadas em um indicador de retorno total ao acionista da Companhia (“TSR”);
- Aquisição de Direitos Relacionados às Ações de Matching e Atualização da Quantidade Alvo de Ações de Matching: O direito dos Beneficiários de efetivamente receber a titularidade das Ações de Matching ficará sujeito ao atendimento das condições a seguir: (i) o Beneficiário deverá permanecer continuamente prestando serviços à Companhia ou suas sociedades controladas durante o período ininterrupto de 3 (três) anos contados partir da Data de Outorga (ou outro período a ser indicado em cada um dos Programas de Matching e respectivos contratos de outorga); e (ii) o Beneficiário deverá manter a plena titularidade de todas as Ações Próprias durante o período de 2 (dois) anos contados a partir da Data de Outorga, sem o direito de vender, transferir e/ou negociar as referidas Ações Próprias (ou outro período a ser indicado em cada um dos Programas de Matching e respectivos contratos de outorga); e
- Número máximo de ações a serem outorgadas: Estima-se uma outorga de ações representativas até 1% (um por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano, podendo chegar a até 2% (dois por cento) do capital social, desde que atingidas e superadas todas as metas de desempenho fixadas no Programa de Matching. O segundo tipo de programa não exigirá o investimento de Verbas Autorizadas em Ações Próprias e a Companhia outorgará ações restritas, observados os termos e condições a serem previstos nos respectivos programas e Contratos de Outorga (“Programa de Ações Restritas”). O Programa de Ações Restritas será regido conforme condições específicas mencionadas abaixo:
 - Beneficiários: Serão elegíveis, desde que aprovados pelo Conselho de Administração, membros da Diretoria da Companhia;
 - Quantidade de Ações Restritas: Cada Beneficiário receberá uma quantidade alvo de Ações Restritas (“Quantidade Alvo de Ações Restritas”), sendo que a Quantidade Alvo de Ações Restritas não representa, necessariamente, a quantidade final e efetiva de Ações Restritas a que o Beneficiário fará jus após cada um dos períodos de carência, uma vez que, satisfeitas as condições para o recebimento das Ações Restritas em cada período de carência, a quantidade final e efetiva a ser recebida pelo Beneficiário dependerá do percentual de atingimento das métricas de desempenho da Companhia pautadas no TSR.
 - Período de Carência e Aquisição de Direitos Relacionados às Ações Restritas: O direito do Beneficiário de efetivamente receber a titularidade das Ações Restritas (exceto se de outra forma aprovado pelo Conselho de Administração) ficará condicionado: (i) ao atingimento, pela Companhia, das métricas de desempenho estabelecidas no Programa de Ações Restritas; e (ii) ao Beneficiário permanecer continuamente vinculado prestando serviços à Companhia ou às suas sociedades controladas durante cada um dos períodos de carência indicados abaixo:
 - 30% (trinta por cento) dessas Ações Restritas estarão vestidas após 3 (três) anos;

- 30% (trinta por cento) dessas Ações Restritas estarão vestidas após 4 (quatro) anos; e
- 40% (quarenta por cento) dessas Ações Restritas estarão vestidas após 5 (cinco) anos.
- **Lock-Up:** 50% (cinquenta por cento) do total de Ações Restritas entregue ao Beneficiário ao término de cada período de carência permanecerão restritas e o Beneficiário não poderá vender, transferir e/ou negociar as referidas Ações Restritas por um período de 1 (um) ano contado da data em que as referidas Ações Restritas forem transferidas ao Beneficiário; e
- **Número máximo de ações a serem outorgadas:** Estima-se uma outorga de ações representativas de até 4% (quatro por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano, podendo chegar a até 8% (oito por cento) do capital social, desde que atingidas e superadas todas as metas de desempenho fixadas no Programa de Ações Restritas.

e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

Não aplicável. O Plano de Outorga de Ações estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas de Ações Restritas e/ou Programas de Matching, as ações serão transferidas pela Companhia ao beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

f. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. O Plano de Outorga de Ações estabelece que, quando superado os períodos de carência descritos no item “d” acima, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas de Ações Restritas e/ou Programas de Matching, as ações serão transferidas pela Companhia ao beneficiário, sem pagamento de qualquer preço de exercício, conforme exposto no item “e” acima.

g. Forma de liquidação de opções

Não aplicável. Como mencionado acima, não haverá a entrega de opções no âmbito do Plano de Outorga de Ações.

Com o propósito de satisfazer a outorga das ações restritas e/ou ações de matching, nos termos do Plano de Outorga de Ações, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários, nos termos da Instrução CVM 567/2015. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das ações restritas e/ou ações de matching em dinheiro.

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Outorga de Ações poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sendo certo que as outorgas de ações restritas e/ou ações de matching realizadas anteriormente à extinção do Plano de Outorga de Ações permanecerão em vigor. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável à Companhia poderá ensejar a revisão integral do Plano de Outorga de Ações.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano

O Plano de Outorga de Ações tem por objetivo conceder aos beneficiários aprovados pelo Conselho de Administração a oportunidade de receber ações restritas e/ou ações de matching, de modo a promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos beneficiários e os interesses dos acionistas da Companhia; e (b) o estímulo da permanência dos beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores tornem-se acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, após cumprimento de condições de permanência e/ou investimento na Companhia, espera-se que estes tenham fortes incentivos de permanecer na Companhia e de comprometer-se efetivamente com a criação de valor no longo prazo, exercendo suas funções de maneira a integrar-se aos interesses da Companhia, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento desta, maximizando, assim, seus lucros.

Ademais, ao possibilitar a vinculação do direito às ações restritas e/ou ações de matching ao cumprimento de metas de performance da Companhia, acredita-se que os beneficiários serão incentivados a buscar o atingimento das metas da Companhia, maximizando, assim, seus lucros.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O Plano de Outorga de Ações se insere na política de remuneração da Companhia, uma vez que esta visa a concentrar parte relevante da remuneração total de seus administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis de longo prazo, conforme objetivos expostos no item “a” acima.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Outorga de Ações alinha os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses de longo prazo da Companhia, uma vez que busca fortalecer a visão e comprometimento de longo prazo do executivo, gerando valor e resultados sustentáveis para a Companhia no curto, médio e longo prazo.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto:

O valor das despesas estimadas do Plano de Outorga de Ações para a outorga a ser realizada em 2020, de acordo com o CPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata do pagamento baseado em ações, com base em 31/12/2019, é de aproximadamente R\$ 2.146.000,00 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil reais).

Cabe destacar que o montante acima representa apenas estimativa com base nas premissas descritas e poderá apresentar variações significativas conforme o preço da ação na data de outorga e outras variantes previstas no Plano de Outorga de Ações.